



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 14 de maio de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Bom dia a todos. Estão abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento, convocada pela Câmara Municipal de São Paulo, para discutir o PL 606/11, de autoria deste Vereador, que dispõe sobre a proibição de uso indiscriminado de caixas de papelão usadas para embalar compras no varejo e supermercados do Município de São Paulo.

Essa audiência foi convocada com a anuência da totalidade dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, composta pelos nobres Vereadores: Adilson Amadeu, Aníbal de Freitas, Antonio Carlos Rodrigues, Atílio Francisco, Donato, Francisco Chagas – hoje na Presidência - Milton Leite, Ricardo Teixeira e Roberto Tripoli.

Declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública que a Comissão de Finanças Orçamento realiza no ano de 2012 com o objetivo de discutir o PL 606/2011.

Esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditorio On Line.

Foram convidados para esta audiência pública a diretoria do Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo; a Coordenadora de Vigilância e Saúde da Covisa; o Presidente do Instituto Plastivida – Instituto Sócio-Ambiental do Plástico; a Gerente Técnica da Microbiotécnia – Centro de Assessoria em Higiene e Saneamento Ambiental; o Coordenador Geral do Sindicato dos Químicos, Cosméticos, Farmacêuticos e Similares de Plástico de São Paulo; o Presidente do Cenam – Centro Nacional de Modernização; o Presidente da Comissão de Direitos da Relação de Consumo da OAB e o Presidente da Apas – Associação dos Supermercados de São Paulo.

Para compor a Mesa convido o Sr. Vital de Oliveira Ribeiro Filho, arquiteto da Divisão de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária do Estado. Obrigado pela presença.

Convido ainda para fazer parte da Mesa os Srs.: Miguel Bahiense Neto, Presidente do Plastivida; José Eduardo Tavolieri de Oliveira, Presidente da Comissão de Direito da

Relação de Consumo da OAB; Professor Lívio Giosa, Presidente do Cenam – Centro Nacional de Modernização; Benedito Alves de Souza, representando, neste ato, o Sr. Osvaldo Bezerra, Presidente do Sindicato dos Químicos, Farmacêuticos e Plásticos de São Paulo.

Como é de praxe, faremos uma discussão, ou abordagem, de natureza técnica. Assim, abriremos espaço para os componentes da Mesa fazerem a abertura da matéria e, logo em seguida, ao público presente que veio para discutir o referido assunto.

Em primeiro, é importante que esse assunto tenha surgido em face de um debate que a sociedade paulistana – isso aconteceu no Brasil inteiro, mas em especial na sociedade paulistana – tem feito em relação às embalagens que o cidadão dispõe e que já foram incorporadas ao preço das mercadorias, tendo em vista o acordo que os supermercados, isto é, as grandes redes realizaram junto ao Governo do Estado e, posteriormente, assinadas também com o Município que trata da não distribuição de sacolas plásticas na cidade e no Estado de São Paulo com um conteúdo, supostamente, ecológico.

Esse assunto foi debatido por demais nesta Casa, onde foi aprovada uma lei proibitiva com relação às sacolas plásticas. O Tribunal de Justiça suspendeu os efeitos dessa lei sem recurso mais no Estado, mas, mesmo assim, os debates prosseguiram em torno dessa matéria de embalagens e no dia em que o acordo foi iniciado em todo Estado de São Paulo, a imprensa veiculou que haviam desaparecido dos supermercados as caixas de papelão que estavam, supostamente, sendo oferecidas como alternativa. Obviamente, as próprias matérias informavam ser necessário um crescimento da oferta de embalagens, porque até as usadas foram ofertadas ao consumidor para acondicionar suas mercadorias. Com isso, é óbvio que nos chamou a atenção o fato e o risco de que a população de São Paulo possa estar sofrendo mediante a oferta de uma embalagem que possa estar ou não contaminada.

Então, esse assunto tenta normatizar, criar uma regularidade e um procedimento. O objetivo principal desta audiência pública é trazer luz sobre a matéria que – em nossa opinião – ainda é muito mal resolvida e que só se está pensando na visão de um único agrupamento

econômico. As grandes redes de supermercado é que estão ganhando muito com essa medida, uma vez que o preço da sacola plástica, seja ela convencional ou biodegradável, já foi incorporado ao preço desses produtos e nós passamos a comprar outra alternativa. Existe oferta de sacola *ecobag*, de pano, a caixa de papelão, enfim, têm outras modalidades e, obviamente, faturando alto com essa economia que se diz da ordem de 500 milhões de reais por ano. Além disso, - segundo dados – o faturamento do saco de lixo, produzido da mesma matéria prima do que as sacolas de plástico, cresceu já 30%, sem falar do faturamento das *ecobags* e outras modalidades oferecidas.

Esse é um assunto que afeta o interesse público, o direito do consumidor, o direito do trabalhador e da sociedade como um todo e somente um setor – em minha opinião – está sendo beneficiado por isso. Um setor que, segundo a Lei 12.305/2010 passa a ter responsabilidade na gestão dos resíduos. Essa é, por definição, a responsabilidade compartilhada prevista na Lei 12.305/2010 que implica que cada produtor de resíduo deva ser responsável. Na medida em que o resíduo da caixa de papelão é agora oferecido ao cidadão como uma saída magnífica para o problema da embalagem, nós temos de levá-la para casa, acondicioná-la e, posteriormente, despachá-la para a coleta, obviamente, mais uma vez, a responsabilidade do descarte está sendo transferida para a sociedade. Além de tudo, ainda mais essa economia para um único setor que – em minha opinião – está se beneficiando e criando um desequilíbrio.

Se nós pensarmos em desenvolvimento sustentável, temos que levar em consideração os aspectos econômico, ambiental e social. Neste caso, eu acho que há uma desorganização, um desequilíbrio do ponto de vista do interesse econômico, social e ambiental. E é por isso que nós estamos fazendo essa audiência pública. Por norma da Casa, nós precisaríamos fazer somente duas audiências públicas. Porém, conforme já disse para a imprensa aqui presente, faremos tantas quantas forem necessárias, porque o que mais nos interessa é trazer esclarecimento público. Também, pela norma, não precisamos nem passar

essa matéria em Plenário, pois basta passar pelas comissões de mérito, mas eu prefiro que a sociedade tenha esclarecimento sobre o assunto antes que façamos a lei e promovamos a regulação.

Tem a palavra o Sr. Lívio Giosa.

O SR. LÍVIO GIOSA – Gostaria de fazer uma retificação em relação ao nome do meu cargo: eu sou Presidente do Instituto ADVB de Responsabilidade Socioambiental.

Também gostaria que fosse lido o projeto de lei de sua autoria, dado o fato de que temos o fato de termos uma plateia bastante diversa, pois creio que seria interessante que todos conhecessem o teor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - O senhor tem razão. Farei melhor: passarei à leitura do parecer da Comissão de Justiça, que já é mais atualizada.

— - É lido o seguinte: (parecer da Comissão de Justiça e Legislação Participativa ao PL 606/2011, de autoria do Francisco Chagas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Acho que está clara a disposição da Comissão de Justiça, do ponto de vista daquilo que norteia a nossa legislação – seja com base nas legislações federal e municipal, seja com base na legislação da Vigilância Sanitária.

Neste momento, passarei a palavra aos membros da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Vital de Oliveira Ribeiro Filho, arquiteto da Divisão de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO – Boa tarde a todos. Meu agradecimento ao Vereador Francisco Chagas, pelo convite, e meus cumprimentos a todos os integrantes da Mesa.

Eu me sinto um pouco na obrigação de dar uma posição relativamente abrangente, uma vez que é seja bem possível que eu talvez represente a única voz contrária ao projeto, de modo que também fico à disposição para o debate. Evidentemente, não sou contrário à iniciativa do projeto, mas a questões específicas, e, neste caso, me aterei exclusivamente aos aspectos técnicos relacionados à questão da saúde, especificamente em relação ao órgão que represento – Centro de Vigilância Sanitária –, que coordena as ações de vigilância sanitária no âmbito do Estado de São Paulo, represento da coordenação do SUS no nosso estado.

Vou abordar a questão em duas linhas: a questão da segurança alimentar, que é a segurança para o consumidor do alimento, que foi bastante colocada na argumentação que justifica o projeto; e a questão da saúde ambiental, que tem um caráter mais amplo e menos direto, mas que sempre se faz presente em qualquer debate nos dias de hoje.

O aspecto da segurança alimentar, aqui relacionado diretamente à possibilidade de contaminação de alimento, é talvez o mais frágil na justificativa do projeto.

Recebemos várias consultas no Centro de Vigilância Sanitária, e uma delas anexou o laudo de um laboratório, indicando presença de coliformes, fungos e algumas bactérias nas caixas. Então, para ir bem direto ao ponto, o que nos pareceu é que houve uma interpretação errada do laudo, porque a quantidade de bactérias presentes nas caixas apontada pelo laudo

está centenas de vezes abaixo da quantidade de bactérias, coliformes e fungos aceita nos alimentos.

E isso não é algo da Secretaria da Saúde, nem sequer do Brasil. É algo aceito no mundo inteiro, o *Codex Alimentarius*, o FDA – a agência de controle sanitário de alimentos nos Estados Unidos, e todos os países desenvolvidos adotam o mesmo padrão.

E também não estamos falando de um pouco mais ou um pouco menos, mas de milhares de vezes mais alto. Daí cai numa questão que assusta muito a população leiga, de que a presença de bactérias estaria associada diretamente a doenças. Desse jeito, poderíamos argumentar que essa mesa não passaria no teste feito, nem minhas roupas, nem minhas mãos e muito menos os balcões de supermercados, ou as prateleiras, até mesmo da minha casa.

Então, digo que há uma preocupação muito grande e há uma ciência por trás disso.

Nesse momento, pergunto se há alguém nesta sala que possua conhecimento, ou formação, na área de microbiologia, epidemiologia ou controle sanitário de alimentos. Peço que levante a mão. (Pausa).

Ah, excelente, então, por favor, me desminta se estiver errado, pois sou arquiteto e estou representando um órgão. Assim, se houver algum argumento mais consistente nesse aspecto, gostaria realmente de debater.

Conversei com pessoas que possuem décadas de experiência na área de controle sanitário de alimentos e todos estranharam muito. Viram o laudo e discutiram vários aspectos: existe a embalagem primária, a embalagem secundária, o material fica em contato com eles, e ainda nem falamos de padrões de contaminação de embalagem, e, sim, de presença de microorganismos nos alimentos.

Temos no laudo alguns números variando de 3 a 5, ou 12, talvez o mais alto seja 20, bom, tem um aqui: 35 no papelão.

O alimento que tem nível de contaminação mais baixo, talvez verduras vendidas e

consumidas *in natura*, já é da ordem de cem unidades somadoras de colônias. Muitos alimentos, a maioria deles, parte de duzentos; alguns está na faixa de quinhentos; e outros de 2 mil ou 5 mil. São níveis aceitos usualmente e internacionalmente, claro, tem de estar abaixo desse níveis.

Mas, repito, não estamos falando das embalagens dos alimentos, as quais estarão, obviamente, muito mais contaminadas.

Eu retomaria a justificativa do projeto – aquela que me chegou às mãos – que menciona a contaminação por bactérias. De início, gostaria de rever o conceito de contaminação, ou seja, é algo que está onde não devia. Isso numa linguagem bastante leiga, simples.

Não posso dizer que essa mesa está contaminada por papéis, pois eles estão onde deviam estar. Se existem bactérias nessa mesa ela não está contaminadas por bactérias, pois não existe mesa sem bactérias, não existe mãos sem bactérias.

Faz sentido usar o termo contaminação a partir do momento em que se caracteriza aquilo não estar ali. Nesse caso, se tivermos de encontrar caixas de papelão sem bactérias será muito difícil. Acredito até que os sacos tenham contagem muito menor o que, eventualmente, crescerá ao longo de seu uso.

Portanto, esse argumento de contaminação e com uma quantidade significativa de bactérias não parece ter sentido à luz da ciência, quando levada à carga microbiana. Aliás, quando se diz que essa carga é elevada, a pergunta é: em comparação ao quê? Qual o parâmetro usado para poder dizer? Eu posso me achar baixo, mas minha altura está na média, por isso não posso ser classificado como anão. Então não sou anão. Não adianta chamar de elevado algo que não tem discriminado o que é certo, o que é normal.

Por fim, sobre a conclusão de que isso seria um risco à saúde. Esse nexos causal que é a base da investigação epidemiológica, é base da infectologia, de que precisa relacionar a análise de risco, onde se tem: a vítima, o hospedeiro e o nexos causal, devo dizer que a

simples presença da bactéria não caracteriza risco à saúde, pois, justamente, não vemos o nexos causal.

Com isso, então, coloco o que meus colegas me instruíram a vir apresentar, juntamente com minha experiência na área da saúde de mais de vinte e cinco anos.

Com relação à argumentação ambiental, trago uma rápida consideração a respeito de que o meio ambiente tem relação íntima e direta com a saúde.

Do ponto de vista da saúde ambiental, a proteção ao meio ambiente é um elemento essencial para a redução da morbidade, até mesmo para a redução dos custos na atenção à saúde, tudo para melhoria da qualidade de vida à população.

Quando se propõe – e não entro no mérito da proibição ou não – a redução do uso do plástico filme como embalagem faz todo o sentido do ponto de vista da proteção à saúde ambiental, uma vez que o plástico filme tem uma série de implicações como, por exemplo, na drenagem urbana: ele entope mais facilmente bueiros; é um agente relacionado à propagação da dengue e, aparece principalmente no impacto na disposição final, ou seja, nos aterros corresponde a uma matéria que demora mais para degradar, ocupa espaço etc.

No entanto, isso não significa que devemos combatê-lo como um vilão, mas temos de implementar o debate do consumo consciente.

Já o papelão representa, em termos de cadeias relacionadas à indústria da embalagem, uma das cadeias de menor impacto, pelo menos do ponto de vista do resíduo. Nesse aspecto, o papelão é amplamente reciclável, enquanto o plástico filme tem enorme dificuldade em ganhar qualidade e conquistar espaço no mercado de reciclagem. O papelão tem, inclusive, valor alto, o que viabiliza sua reciclagem. Se eu descartar o papelão em frente da minha casa, alguém vai levar. Mas, se eu descartar saco plástico, ninguém levará.

E, no supermercado, quando é entregue a caixa de papelão para o consumidor, ele não está reduzindo custo – conforme foi alegado por algumas pessoas –, na verdade, eles perdem receita, pois venderiam o papelão. Aliás, os supermercados vendem papelão,

regularmente, e por um bom preço. Ao passo que, ao disponibilizar para o consumidor, ele perde essa receita.

Obviamente, não estou nem um pouco preocupado com o no mérito das perdas e ganhos de cada setor, mas apenas colocando o aspecto de que, do ponto de vista da saúde, algumas embalagens têm desempenho melhor. É uma realidade que existe hoje até que seja mudada. Então que seja essa uma pressão para se desenvolver produtos com melhor desempenho ambiental em outras cadeias.

Sabemos que as embalagens longa vida e o plástico talvez sejam as de maior dificuldade para implementação de reciclagem. Então há que se saber como dar uma solução.

Finalmente, gostaria de dizer – e foi citada a política nacional de resíduos - que, à medida que os supermercados entregarem as sacolinhas ao consumidor, é possível argumentar: considerando essa mesma política nacional de resíduos e que estabelece a logística reversa, como os supermercados as pegarão de volta? Afinal, é um resíduo difícil de reciclar, aliás, problemático mesmo do ponto de vista da cadeia da reciclagem.

E também, sendo ele justamente quem coloca a sacolinha no mercado, será também ele responsável por esse resíduo, o que é bastante complicado de se discutir. Enquanto que a caixa de papelão será objeto de discussão desse nível, lembrando, porém, que pode ser aproveitada de diversas formas, além de obter reciclagem por qualquer via atualmente já disponível nos bairros.

Essas eram minhas colocações.

O Centro de Vigilância Sanitária tem hoje posição aberta à discussão, porém contrária a esse aspecto da obrigatoriedade. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado Sr. Vital de Oliveira, obrigado pela presença e pelas suas palavras bem-vindas no sentido de contribuir.

Passo a palavra ao Sr. Miguel Bahiense Neto, Presidente do Instituto Plastivida.

O SR. MIGUEL BAHIENSE NETO – Presidente, estou com um probleminha

técnico, se eu puder ter dois minutos para transformar a cor do *slide* para branco. É rápido.

Desculpem pelo problema técnico com o computador de versões do *power point*. Meu nome é Miguel Bahiense; sou Presidente da Plastivida, um instituto socioambiental dos plásticos, o que nos coloca dentro desse processo de discussão do uso das sacolas plásticas. Somos uma entidade que representa a cadeia produtiva do plástico, e o nosso papel, dentro desse contexto, é discutir em que aspectos sociais e ambientais o plástico permite a evolução da sociedade. Para isso, a gente tem um extremo cuidado, para que a gente não caia no equívoco geral de estarmos aqui falando que eu acho que aquele produto não é reciclável, é melhor, é pior, ou tem mais ou menos valor. Buscamos trazer para o debate a ciência, o estudo científico. Eu compreendo a colocação do Vital, que se pronunciou anteriormente, mas a gente precisa, antes de qualquer decisão e qualquer posicionamento acerca de uso de sacolas, caixas de papelão ou qualquer outra alternativa, como carrinho de feira e carros de compra, estar ciente do que a ciência nos fala e nos orienta em relação a esses temas.

No dia 25 de janeiro, o primeiro dia em que o acordo voluntário entrou em vigor, Vital, eu estive presente em alguns supermercados aqui no Município de São Paulo, a convite da imprensa, para falar. Eu vi muita gente que, por não ter dinheiro para comprar as sacolas, biodegradáveis, ou retornáveis, colocando os produtos diretamente nos carrinhos de compra. Como bem colocado, é certo que a mão, o paletó, a mesa, enfim, qualquer um desses itens podem ter contaminação, e certamente tem, e não é por isso que a gente faz higienização de tudo aquilo com que a gente entra em contato, mas eu achei a coisa mais constrangedora – não sei se “desqualificante” é a palavra – ver o consumidor colocar produtos diretamente em carrinhos de supermercados. São carrinhos tão ou mais contaminados até do que as caixas de papelão, ou a mão da gente. Não importa. O fato é: por que eu, como cliente, como consumidor, tenho que me submeter a algumas situações, no mínimo constrangedoras, como essa: pegar a minha compra e colocar num carrinho de supermercado que fica, às vezes, no estacionamento, às vezes a céu aberto, com chuva, enfim, que não tem o mínimo de

higienização necessário para o meu uso? Mas é muito fácil eu chegar aqui e ficar falando: “Ah, eu acho que é contaminado, então eu não vou usar. Então vou carregar na mão, vou comprar menos, vou usar isso ou aquilo, vou usar álcool gel”. Então a gente procurou trazer para o debate informações científicas. Por isso, encomendamos um estudo a uma entidade que conhece o assunto, e que é especializada em microbiologia. E vimos alguns resultados.

Falou-se em bactérias. E a observação não avançou, porque nós avaliamos coliformes totais, coliformes fecais, *E. Coli*, bactérias, leveduras, fungos, enfim, o que poderia estar associado ao uso e reuso daquele produto, ou mesmo da sacola de plástico, comum, ou mesmo da sacola de pano, para que a gente pudesse ter uma visão maior, para saber em que grau de exposição o consumidor está sendo colocado perante essa situação. E que existam produtos contaminados ou não, de maneira nenhuma a Plastivida, quero deixar bem claro, em momento algum falou que os alimentos estão contaminados. Não, quem está sob risco de contaminação é o consumidor, porque ele passa a ter contato com um produto, por exemplo, que carregou veneno de rato da fábrica ao supermercado, que distribui aquela caixa, como também tem caixa que trouxe outros produtos – detergentes, produto de limpeza de carro, ou guardanapo. O ponto é: por que eu vou dar ao consumidor algo que cientificamente é comprovado que tem uma contaminação? E não estou questionando se aquela situação leva à contaminação ou não, se lavei ou não lavei a minha mãe, se a minha mesa, roupa ou se a esteira do supermercado é ou não contaminada. O ponto não é esse. É por que eu tenho que expor o consumidor. E aí eu faço voz ao projeto, que defende, sem dúvida, o interesse do consumidor nesse sentido.

Vou entrar, ao longo da apresentação, nas outras questões levantadas por Vital, em termos de reciclagem, das discussões que foram colocadas.

Bom, mas esses são os três grandes argumentos que a Plastivida entende que são problemas possíveis de serem causados pelo uso de caixa de papelão usadas. E é bom que se diga: caixas de papelão usadas – completamente diferente de caixas de papelão. É bom deixar

isso bem claro, para que não se diga: “Ah, eu acho que a Plastivida é contra papelão”. Não, de maneira alguma, até porque cada produto tem a sua utilização, a sua função, inclusive na reciclagem.

O que entendemos, baseado em estudos, é que essas caixas expõem a população a um risco de contaminação. Essas caixas, ao serem distribuídas ao consumidor, transfere a responsabilidade do seu correto destino para a reciclagem, e transfere do supermercado para o consumidor.

Como o Vital colocou, o supermercado, de fato, destina a reciclagem lá no condomínio. E não apenas a caixa vai para a reciclagem, porque o plástico também vai. Aliás, é um equívoco achar que o plástico não é reciclável.

O supermercado é responsável, sim, como consumidor e como Poder Público. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, tanto a política estadual de São Paulo ou de outros estados, responsabiliza o gerador do resíduo. E ele tem que dar destino adequado ao lixo que ele gera. No caso do supermercado, um deles é a caixa de papelão, como também as embalagens plásticas, em que filmes e sacolas plásticas não são o único tipo de filme que existe, porque existem outros tipos. E eu garanto a vocês que o supermercado também coleta e destina à reciclagem, porque, como disse Vital, é renda para eles, e o reciclador passa e pega o papelão, que é reciclado. Assim também ocorre com o Tetrapak, para o qual o Brasil inclusive tem programas interessantíssimos de reciclagem, embora tenha sido citado como difícil. No caso, é separado o alumínio, o papelão e o plástico. Então, sim, existem alternativas, e ele é, de fato, reciclado. E o terceiro ponto é o descarte inadequado do lixo. Então são três problemas para a gente avaliar, são três situações relacionadas ao contexto do meio ambiente, de adequação, de inserção do consumidor nos aspectos ambientais, que estão associados à reciclagem, ao descarte inadequado do lixo que o consumidor gera, porque ele é responsável por isso, perante as políticas, e também o grau de contaminação. Vou falar um pouco sobre cada um desses três itens.

O primeiro é esse estudo científico. E eu lamento que em todo esse debate sobre as sacolas plásticas – e o fórum não é para discutir se a Associação Paulista de Supermercados está certa ou errada dentro do seu aspecto, falando em caixa de papelão –, em momento algum, desde que esse acordo voluntário foi anunciado, se não me falha a memória, em maio de 2012, ou abril de 2010, um estudo científico que dissesse assim: “a sacola plástica é um problema”. Um sequer. Quando foram proibidas as sacolas plásticas, nós sempre entendemos que ela é o produto mais democrático para que a população embale e descarte o seu lixo de forma correta, porque nem todos nós temos condições de comprar sacos de lixo para fazê-lo. Diversos municípios do Estado – e eu vou mostrar um exemplo de Bauru –, recomenda a embalagem do lixo doméstico em plástico, por mais bem acondicionar o lixo, por evitar que esse lixo contamine o meio ambiente, fique exposto, o que ocorre, por exemplo, quando é colocado numa caixa de papelão ou em qualquer outro tipo de material que o deixe aberto. E como 70% da população ganha menos do que dois salários mínimos no País, como é que vamos comprar saco de lixo? Em Belo Horizonte, o preço do saco de lixo aumentou 400% depois da proibição, em um ano. Em Jundiaí, que fez o banimento voluntário, nos moldes de São Paulo, o aumento foi de 235%. Não estou falando de aumento de volume – que fica entre 15 e 30% –, estou falando de preço. E na hora que a política nacional me obriga a destinar adequadamente o meu lixo, eu utilizo a sacolinha plástica como uma dessas formas, e o próprio Estado me tira o direito a elas, o que eu vou fazer? Alguma coisa não está funcionando.

Então encomendamos esse estudo, que é um relatório de verificação de contaminação microbiana em embalagens para transporte de alimentos e outros. E sobre esse estudo eu gostaria de falar um pouco, para também não parecer que eu vim aqui falar: “contaminado e ponto, por isso tem que banir”. Não, “está aqui a comprovação”.

As amostras foram coletadas pelo Bureau Veritas, e o estudo foi realizado pela Microbiotécnica, que foram as entidades que a Plastivida contratou para realizar o estudo – com isenção, diga-se. E o objetivo era determinar a ocorrência de bactérias e fungos que

deterioram alimentos ou causem risco à saúde em três tipos de embalagens. São bactérias que e fungos que deterioram, sim, alimentos – lógico que quando houver o grau de exposição nos níveis necessários para isso. Mas volto a insistir: em momento algum a Plastivida disse que isso acontece ao colocar um frango dentro da caixa de papelão. Mas sempre falamos que há um risco, com o qual não podemos ser condescendentes. Eu entendo que a Plastivida não tem por que apoiar o uso de um produto que coloque risco. Essa é uma questão de avaliação simples, até.

Os produtos avaliados foram as sacolas plásticas fornecidas pelos estabelecimentos de compras – supermercadistas; as caixas de papelão reutilizadas – também fornecidas pelos próprios estabelecimentos que sirvam originalmente como embalagem de produtos e vendidas nos locais. E de novo eu insisto na questão: existe uma série de tipos de embalagens de produtos embalados nessas caixas de papelão – de produtos como guardanapos a produtos como raticidas. E não há qualquer distinção, dentro da rede de supermercadistas, para se entregar um ou outro tipo de embalagem. Não há qualquer orientação aos caixas empacotadores dos supermercados, com por exemplo: “Coloque só esse tipo de produto nesse tipo de caixa”. Isso é inviável de se praticar.

Então ou a gente proíbe, no nosso entendimento, por uma questão de preservar e falar de uma coisa que a Anvisa gosta muito de falar, e é Correa, que é o “princípio da precaução”, ou a gente deixa o uso liberado, e sujeita, a população, a qualquer tipo de situação que possa acontecer em relação a esses riscos.

Outra embalagens foram os sacos de panos reutilizáveis, porque também, quando houve esse acordo voluntário, ninguém disse ao consumidor que ele precisar lavar, higienizar a sua sacola de pano, ou mesmo de plástico, para fazer o uso na sequência, porque a gente coloca a carne, um pedaço de picanha, por exemplo, e vaza sangue. A gente sabe disso; isso acontece no nosso dia a dia. Ou estou enganado?

A metodologia foi um estudo de campo que considerou supermercados de todas as

regiões da cidade de São Paulo. A empresa coletou 50 amostras de cada tipo de embalagem e encaminhou para análise. Vou ler aqui o que está marcado com asterisco: “As amostras coletadas foram feitas em sacos plásticos, esterilizados por radiação gama-cobalto, evitando-se, assim, interferências durante o transporte, da hora que se coleta até a hora em que se inicia a análise.” Sacolas plásticas foram coletadas nos caixas de supermercados, onde ficam à disposição dos consumidores. As caixas de papelão, acredito que todos já viram, ficam no chão, na frente do chão. Então é bem legal: a embora que a gente vai usar está no chão. “Sacos de panos foram obtidas juntas ao consumidor para garantir que já haviam sido utilizadas”. Então qual foi o procedimento para saco de pano: o consumidor chegava; e nós não tínhamos distinção se aquela sacola foi higienizada antes do uso ou não; apenas oferecíamos um produto novo em troca daquele que estava chegando ao supermercado. Portanto, garantia que era, no mínimo, o primeiro reuso dele, estando ou não higienizada.

Foram avaliadas bactérias totais, fungos, coliformes totais, fecais e *E. coli*. Foram esses os micro-organismos avaliados.

Vou mostrar rapidamente os resultados, e depois eu vou deixar o endereço da internet onde o estudo completo está disponível.

Mas, basicamente, detectamos, nas caixas de papelão usadas, coliformes totais em 80% das amostras; e 62% delas tiveram coliformes fecais. *E.coli* foi encontrada em 56% das amostras. E eu acho que ninguém aqui quer levar para casa um produto que tem algum tipo de contaminação dessa: seja o índice, a contagem por unidades, baixo ou alto. É bem a questão de a gente ir para a praia e se alardear quando vê o fantástico fazer a avaliação de que a praia está imprópria porque tem coliformes totais, fecais, ou outro tipo de contaminação. A gente simplesmente ir lá. Não é que você vai entrar naquele mar e vai sair de lá diretamente para o hospital, para morrer, mas o risco há. É a mesma situação aqui: entendo que o risco existe.

Nas sacolas de pano foram detectados apenas coliformes totais, que estavam presentes em 58% da amostra. Coliformes fecais não foi detectado e nem *E.coli*, é bom que se

diga. E, na medida que a gente conseguisse uma campanha de higienização das sacolas, naturalmente esse número também tenderia a cair. E acho que também falta isso na hora em que o supermercado vende isso ao consumidor. Ele vende, mas não oferece a orientação. Quando a gente compra uma TV, vem um manual, que diz que como opera, e assim por diante – neste caso, deveria ser seguida mais ou menos a mesma linha.

A conclusão em relação a esse ponto é que a caixa de papelão usada apresenta um risco à saúde do consumidor devido ao alto grau de contaminação – por coliformes totais, coliformes fecais, *E.coli*, bactérias e fungos.

Por ser leigo, e por também não ser da área de microbiologia, eu entendo que é um tema bastante interessante o fato de termos coliformes fecais. Para mim, como consumidor, causa medo. Eu não sei o que significa isso, mas a gente tem que ter essa preocupação.

Em relação às sacolas plásticas, aí, sim. Por isso que a Plastivida não tenha dado nem tanto atenção à questão do fungos, por entender bem o ponto colocado pelo Vital, da questão do nível mínimo de contaminação. Mas a gente sempre destacou as caixas de papelão, nas quais foram identificadas 8x mais bactérias e 12x mais fungos. O saco de pano apresenta 4x mais bactérias e 5x mais fungos.

A nossa preocupação, e nós sempre focamos e mostramos a questão dos coliformes, por entendermos, até por orientação da própria empresa que realizou o estudo, que esse é o tema mais importante do ponto de vista de todos os micro-organismos que foram avaliados.

Então o ponto da Plastivida não é vir aqui e simplesmente criticar pela crítica a caixa de papelão, ou qualquer outro tipo de embalagem. Mas a gente crê que é importante que o consumidor tenha informação adequada para escolher a melhor forma para transportar as compras, especialmente alimentos, preservando a saúde da sua família. Esse é o ponto. Ninguém está dizendo aqui: “nunca use caixa de papelão”, ou “nunca use sacola de pano ou sacola retornável de plástico”. Não, a gente quer que a ciência seja trazida para dentro do

debate. E quem está propondo o banimento, isso ou aquilo, seja por qualquer razão, que coloque isso com a luz, com o uso da ciência, para discutir o tema. Eu acho que esse é o ponto-chave.

A gente fica ouvindo, como o próprio Vital colocou: “Ah, não, porque o saco de lixo entope o bueiro”. Puxa, gente, a culpa é do plástico? A culpa é do lixo? O que é pior? Isso ou deixar o lixo na caixa de papelão, aberto, e aquilo vai para o rio, levado pelas chuvas? Quer dizer, a caixa de papelão não entope? Outro tipo de embalagem não tem problema? Qual é a diferença da sacolinha plástica para o saco de lixo? É a mesma matéria-prima – polietileno –, exatamente igual. A diferença é o tamanho, porque você pode ter saco de lixo do tamanho da sacolinha, ou maior, até 100 litros. O formato é diferente, porque uma tem alça. E o amigo está fazendo “assim”. Logico, porque se paga pelo saco de lixo. A sacolinha se paga? Também, mas de forma indireta, porque o que você paga já está embutido. Então esse é um ponto bem interessante: ouvir que a sacolinha plástica é o problema das enchentes de São Paulo, porque entope o bueiro. E o restante? E de quem é a responsabilidade para descartar adequadamente? Do consumidor. E de quem é a responsabilidade para fazer a coleta? Da Prefeitura. E as responsabilidades têm que ser compartilhadas. Então é uma visão muito simplista culpar um produto por uma situação que venha a acontecer – seja por casualidade, ou porque chove muito, ou porque chove pouco, ou porque não coletaram. Então é muito mais fácil proibir aquele produto do que cada um olhar o seu umbigo. E quando eu digo isso, eu me refiro à indústria, o Poder Público, o varejo – que são os supermercados –, e o consumidor, sim. Hoje, eu vi na SPTV, na primeira edição, uma comunidade um pouco mais afastada do centro, em que o lixo estava simplesmente todo exposto. Então por que aquele lixo estava lá na calçada? E uma senhora brigando com quem ia lá e descartava. Porque ninguém fez o seu papel. Então é muito fácil criticar um produto do que cada um olhar o seu umbigo e entender quais são os problemas nós geramos, como consumidor, como indústria, como varejo, como Poder Público, e não resolvermos. Mas a contaminação é um ponto.

Ah, está aqui o estudo. Para encontrá-lo, basta digitar: plastivida.org.br, que é o link que direciona para o estudo.

Outro ponto, que não foi colocado e eu acho importante, é a transferência de responsabilidade para o consumidor. O que eu quero dizer com isso? Pelas Poder políticas estadual e nacional de resíduos sólidos, o supermercado é responsável pelo destino correto – ou seja, reciclagem, por exemplo, ou mesmo para o aterro sanitário, caso não consiga vender as aparas para um reciclador – das caixas de papelão usadas. Quando o consumidor recebe essas caixas para transportar essas compras, ele passa a ser o responsável, porque essa caixa vai se tornar um resíduo sólido urbano na casa do consumidor. E são essas políticas que estabelecem a obrigação de ele descartá-la corretamente. “Ah, eu coloco lá na coleta seletiva do meu condomínio”. Perfeito. Alguém passa e tira. É verdade. E quando não tem coleta seletiva? O que se faz? Então o consumidor passa a ser o responsável pelo destino adequado desse tipo de resíduo sólido – num claro desrespeito ao consumidor. E nesse ponto eu vou falar um pouco sobre reciclagem de plástico, até para levar informação ao Vital.

Não é verdade que o plástico tem a sua reciclagem difícil. Não, o plástico é reciclável desde que ele existe. É quimicamente reciclável, e o plástico é reciclado. E, de novo, vou me valer de estudos científicos, para não ficar no discurso do “acho que é isso”.

O Brasil – porque a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi criada em 2010, e está sendo regulamentada –, até então, não tem uma lei que obrigue à reciclagem do plástico. O Brasil, hoje, recicla 19,8% do resíduo plástico gerado pelos consumidores, pela indústria, pelo varejo. A média da União Europeia é de 21%. Refiro-me à reciclagem mecânica dos plásticos: ou seja, eu vou pegar esse plástico filme, vou destinar a uma coleta seletiva, vou colocar para o reciclador, e ele vai virar esse plástico novamente para voltar ao mercado. A diferença, hoje, do Brasil para a Europa, é que esse processo de coleta seletiva é obrigado a acontecer nos países europeus que fazem parte da União Europeia. Aqui no Brasil isso vai acontecer. Acredito que até o final do ano isso vai acontecer, de modo que o potencial de

crescimento é significativo. Mas mesmo sem a existência, nós reciclamos exatamente a média do que se faz na União Europeia em relação aos plásticos. O que está errado nisso? O que está errado é que nós fazemos isso por uma inclusão social, porque o catador, que pega a latinha de alumínio, que foi lá para 98% por causa do valor, passou, há um tempo, a coletar o próprio plástico, porque a latinha sumiu. Então em vez de ele ir para a casa e descansar, ele passou a entender que aqueles outros materiais que antes ele não coletava, porque ele tinha muita latinha, começara a ter valor, e ele passou a coletar e comercializar com a indústria de reciclagem.

Então, o índice de reciclagem de plástico no Brasil é similar ao da União Europeia, com a diferença de que lá existem leis e aqui a lei está em formação. A Política Nacional de Resíduos Sólidos é discutida desde 1991, há muito tempo, e agora a coisa evoluiu e todos serão corresponsabilizados para que esse índice cresça cada vez mais.

Sobre a questão dos supermercadistas, é verdade que o supermercado coleta a caixa de papelão e a vende. Não sei dizer quanto custa o quilo do papelão. Mas é uma renda para o supermercado. E se compararmos quanto ele arrecada com o papelão e quanto ele gasta com as sacolas.

O problema é que o mercadista compra a sacola, transfere o custo e vende a sacola indiretamente, como falei. No momento em que ele não desconta no preço dos produtos e não devolve o dinheiro das sacolas, ele embolsou o dinheiro. Isso é muito mais lucrativo para ele do que o dinheiro que ele ganhava vendendo papelão.

Então, não estou aqui para entrar no mérito do preço do peso do papelão ou da sacola, mas há, sem dúvida, um benefício econômico para o supermercadista, sem qualquer benefício ambiental. Por quê? Quando ele elimina a caixa de papelão, os sacos de lixo vão entrar. E como eu disse, é a mesma matéria-prima, com a mesma função de embalar o lixo, o destino é o mesmo; e, se coletado corretamente, vai para o aterro sanitário. Qual a diferença? Nenhuma.

Mas há uma diferença no momento em que se tira a sacola plástica da população, especialmente a população carente, porque o consumidor passa a utilizar as caixas de papelão para descartar o lixo doméstico. Esse é um problema de saúde pública que a Plastivida vem alertando há muito tempo.

O descarte adequado do lixo é responsabilidade do próprio consumidor. Isso está escrito na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que está sendo regulamentada e entrará em vigor, provavelmente, até o final do ano.

Antes a sacola plástica era reutilizada para o descarte do lixo. E sabendo que o plástico filme não é reciclado, precisamos avaliar o seguinte: será que a função da sacola plástica é ser reciclada ou é armazenar o lixo e destiná-lo ao aterro sanitário? Exatamente para isso que se utiliza sacola plástica. Se não fosse ela, seria saco de lixo.

Será que aquele produto é para ser reciclado? E se for, por que ele não é coletado? Porque não há coleta seletiva. Não adianta separar o material reciclável do lixo porque vem o caminhão de lixo da Prefeitura, mistura tudo e leva para o aterro sanitário. Novamente, a população não foi atendida naquilo que lhe foi prometido.

O que dizem as leis a respeito? Separei exemplos interessantes: na cidade de Bauru, através da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural; a Política Estadual de Resíduos Sólidos; e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em Bauru, o artigo 27 da legislação diz o seguinte: “O lixo domiciliar, a ser coletado regularmente, deve apresentar-se embalado em sacos plásticos com capacidade máxima de 100 litros, não ultrapassando o peso máximo de 20 kg por cada embalagem”. É assim que a empresa de limpeza urbana de Bauru orienta o consumidor a descartar o seu lixo.

O artigo 28 da Política Estadual de Resíduos Sólidos diz o seguinte: “Os usuários do sistema de limpeza urbana deverão acondicionar os resíduos para a coleta de forma adequada, cabendo-lhes observar as normas municipais, que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento do resíduo”. Então, se eu sou cidadão de Bauru, tenho de

observar aquele artigo 27 mencionado.

E a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no artigo 28, diz: “O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada a sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização para a coleta”. Ou seja, a responsabilidade dele vai até o momento em que ele coloca o lixo e a forma como ele disponibiliza o lixo na calçada para o caminhão fazer a coleta.

Ao ler essas três situações, podemos concluir que a sacola plástica é o produto mais democrático para que a população atenda as exigências estabelecidas em códigos sanitários municipais que, por sua vez, estão atrelados à Política Estadual de Resíduos Sólidos e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Eliminar a sacola plástica causará sérios problemas sanitários e ambientais. Para isso, existe a Política Nacional, assim como a Política Estadual, que me orienta a seguir a orientação dos municípios, que falam dos sacos plásticos. Por outro lado, o Estado e a Apas assinam um termo que retiram a sacola plástica de circulação, obrigando o consumidor a comprar saco de lixo, mas aquele que não tem dinheiro utiliza caixa de papelão e descarta o lixo de qualquer jeito.

Retirei esses dados do *site* da Emdurb, e vou ler aos senhores algumas partes interessantes: “A Emdurb informa sobre a coleta de lixos domiciliares após a eliminação das sacolinhas plásticas(...) A Emdurb, gerenciadora de limpeza urbana na cidade vem monitorando o serviço de coleta de lixo domiciliar na cidade de Bauru após o fornecimento das sacolas plásticas, bem como o comportamento dos munícipes em relação ao fato”.

Esse documento é do dia 14 de fevereiro. “Nessa primeira semana, observou-se um aumento considerável de resíduos acondicionados em caixa de papelão, o que gerou problemas com as chuvas dos últimos dias. Os recipientes molharam, causando transtorno na hora do recolhimento do material. A preocupação da Emdurb é do lixo acondicionado a granel em caixas de papelão(...) o que dificulta a coleta, pois podem espalhar-se pela calçada e ocasionar o aparecimento de vetores, resultando no aumento de doenças como leishmaniose e

dengue, por exemplo, e ainda provocar acidentes com os coletores com materiais pontiagudos. Outro fator preocupante é que ocorrerá um aumento no volume de lixo a ser compactado nos caminhões, resultando em mais viagens ao aterro sanitário, onerando a operação de serviços”.

A dengue foi citada aqui como um problema pela existência das sacolas plásticas e também é associada à questão do uso das caixas de papelão. Então, partindo-se do princípio que a dengue ocorre nas duas situações, é o poder público que tem de continuar com as campanhas de orientação sobre dengue, e não simplesmente banir o plástico por conta da dengue ou mesmo a caixa de papelão.

Hoje, o contrato da Prefeitura com as empresas de coleta é um. Já tenho informações da Abrael – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana – a respeito disso. Eles dividem o lixo a ser coletado em dois tipos: o de varrição e o do caminhão. O caminhão só coleta lixo isolado no meio ambiente, nos sacos plásticos. Se não estiver lacrado, eles não coletam; então tem de fazer a varrição do local. E de fato vão, triplicando às vezes a necessidade de serviço na mesma rua. E no próximo contrato que a Prefeitura for fazer, com absoluta certeza, isso será considerado. Está ali a preocupação da empresa de limpeza urbana.

Este material ficará, mas é apenas um glossário para entendermos o que são bactérias totais, coliformes totais, coliformes fecais e assim por diante.

A questão é mais discutir porque um projeto de lei, como esse, tem sentido e traz benefício para a população. E são três os aspectos: a questão da contaminação comprovada em estudos científicos; a questão da transferência de responsabilidade sobre aquele tipo de descarte que é exigida pela política e é comprovada no comportamento do dia a dia; no terceiro ponto, o impacto que isso trará na qualidade do lixo descartados nos municípios e o que isso pode impactar, do ponto de vista sanitário e financeiro, para aqueles mesmos municípios.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Miguel.

Tem a palavra o Prof. Lívio Giosa, Vice-Presidente do Instituto ADVB.

O SR. LÍVIO GIOISA – Boa tarde a todos. Parabenizo o nobre Vereador Chagas pela apresentação do projeto de lei, ao mesmo tempo de vir a esta audiência pública e dar a oportunidade das pessoas se manifestarem. Cumprimento os membros da Mesa.

A palavra que me vem à frente neste instante e que revela um pouco o momento desta discussão é indignação, porque só estamos aqui por conta de um acordo espúrio e autoritário, talvez o mais autoritário dos últimos tempos, entre o Governo do Estado de São Paulo e as redes de supermercados, a sua instituição APAS, com o objetivo de tomar uma decisão para a vida de cada um de nós.

Essa decisão se tornou de tal forma presente que levou V.Exa. a avaliar a situação e, agora, em vista dessa situação, provocar novas discussões, apresentando um projeto de lei que incide a partir desse acordo que foi feito por partes envolvidas, com interesse absoluto, e que provocou uma enorme desorganização nas nossas vidas.

Todas as pessoas que estão aqui fazem supermercado. O que nos leva a recorrer a um pensamento: nós estamos absolutamente subordinados e sujeitos aos supermercados. Não há alternativa. A decisão pelo banimento das sacolas plásticas provocou uma enorme desorganização nas nossas vidas. Na vida de cada um porque esquecemos a sacola e agora não tem mais como comprar aquilo que é necessário, temos de ir várias vezes ao mercado, desorganizou as nossas colunas, as dores.

Eu vi uma moça aqui que estava sem poder mexer o pescoço, logo cedo. Está ali a moça. Provavelmente, você foi ao supermercado este final de semana e tentou carregar as coisas com uma caixa.

Quero que vocês parem, pensem e analisem a situação dos idosos e das mulheres nos supermercados que têm de encher de material as caixas de papelão e transportar, muitas vezes, pelas ruas e outras tentando tirar do chão para levar ao porta-malas do carro, depois tirar do porta-malas para colocar no chão e levar às suas respectivas casas. Mexeu com a

coluna da senhora, estou vendo daqui.

Conversem com os massagistas, os índices de aumento das sessões de fisioterapia foram enormes nesses últimos meses. Desarrumou a nossa vida, desorganizou as nossas colunas, desarrumou a rotina das pessoas, a vida dos fabricantes e dos trabalhadores, mas desarrumou muito - mas muito -, as finanças dos supermercados. Porque é um dinheiro tal que entrou na vida deles que também eles não esperavam tanto. Mudou o caixa, a visão financeira dos supermercados, porque guardaram um dinheirão que “era investido” comprando sacolas e agora não gastam mais. Não tiraram nada do nosso bolso, porque os preços continuaram os mesmos ou maiores e ganharam muito porque aumentou de 30 a 40% - esse número ninguém sabe, mas sabe-se que é muito - a venda de saco de lixo. Fora as outras tantas sacolas que nos fazem comprar toda vez que as esquecemos de levar ou outros, como eu, que não me permito levar uma *ecobag*, porque sei de todo esquema de contaminação.

Portanto, Vereador, acho extremamente oportuno começarmos a conversa dizendo que esse acordo espúrio e autoritário nos levou a esta reunião, porque se nada tivesse acontecido, ela não existiria e nossas vidas continuariam organizadas sabendo como ir ao supermercado, o que tem de comprar, com a listinha na mão e comprando o que está relacionado nela. Hoje não se consegue mais fazer isso, porque é muita coisa para carregar em razão dessa desorganização.

Nessa situação, esse acordo espúrio e autoritário que só envolveu duas partes de toda cadeia envolvida na discussão, teve a mão do Governo e da Associação Paulista dos Supermercados. E as outras mãos que tinham de fazer parte fundamentalmente dessa discussão? A mão dos trabalhadores, por exemplo, que já observamos um alto índice de demissões e não foram ouvidos. A mão das empresas fabricantes que não foram ouvidas e, principalmente, a mão dos consumidores, nós que não fomos ouvidos.

Deixo essa pergunta no ar para uma resposta futura, do representante da Comissão do Direito do Consumidor à OAB, ao Dr. José Tavolieri que depois responderá se foi

ou não ouvido, em algum momento, antes de se tomar qualquer decisão. Tudo começou por uma orquestração de poucos para favorecer muito poucos porque há coisas muito mais incríveis envolvidas nessa questão, que não é a ambiental.

Presido uma das maiores organizações ambientais do País. Tenho certeza de que se fizermos aqui, já, agora, esta interlocução: alguém é contra o meio ambiente? Ninguém levantará a mão. Portanto, não somos contra o meio ambiente, mas à forma como foi feito. Porque tudo isso poderia estar sendo discutido de forma harmônica, principalmente, depois de termos feito essa interlocução com todos os agentes envolvidos e descoberto uma enorme atividade que a Plastivida, aqui representada pelo Miguel Bahiense, já desenvolveu e desenvolve em torno – se você me permite comentar, Miguel – de um programa fantástico chamado “Programa de qualidade e consumo responsável”, em que ela propôs, anos atrás, o desenvolvimento de uma sacola plástica legal, correta, com peso adequado, na dimensão certa e que seria a solução de todos esses problemas só que nenhum supermercado, salvo uma exceção inicial que, depois, não mais cumpriu, salvo uma das redes, ninguém quis aderir ao modelo da sacola correta. E quem faz isso no Brasil, *lato sensu, stricto sensu*, é a Associação Gaúcha de Supermercados, lá no Rio Grande do Sul, que adotou efetivamente esse modelo de sacola. E ninguém lá está desorganizado, está tudo direitinho, está funcionando e já estou fazendo minhas compras lá no Rio Grande do Sul de vez em quando (Risos), porque lá ninguém me admoesta.

Vocês já viram o clima de um supermercado hoje em São Paulo? Todo mundo chateado, todo mundo “p” da vida, todo mundo constrangido, tenso. É um problema para quem faz a compra e lá para o pessoal dos caixas e os gerentes, todo mundo com uma tensão total, porque já tem gente até levando o carrinho do supermercado embora, não quer nem saber: não dá para carregar, põe o carrinho dentro do carro e vai embora. É um problema.

Muito bem, isso tudo está acontecendo. Eu vi aqui ainda alguns órgãos de imprensa - poucos -, acho que nem ficaram mais, já foram embora. Este é um dos problemas, porque a

população continua ainda sem saber exatamente tudo isso. Seria uma grande oportunidade de termos os órgãos de imprensa ouvindo, falando corretamente e desvendando esses mistérios desse acordo espúrio e autoritário que foi feito aqui para nós paulistas e paulistanos. Então, alguns órgãos de imprensa que tenham a oportunidade de nos ouvir têm também de tentar esclarecer a sociedade a respeito desse acordo.

Alguns dias atrás, escrevi um artigo, que foi publicado na *Folha de S. Paulo*, cujo título é *Menos sacolas plásticas, mais lixo nas ruas*. Neste final de semana, tive a oportunidade de andar pela Avenida Paulista, no domingo principalmente. As fotos que meus olhos tiraram - eu estava sem o meu celular, pelo menos, para tirar uma foto para projetar hoje aqui - são as mesmas fotos que se irradiam - estou falando da Avenida Paulista, mas vamos jogar isso para outros bairros - lá no fundão da periferia da cidade de São Paulo: lixo extremo na rua. Se na Avenida Paulista está assim, imaginem em outras comunidades cujo poder aquisitivo é menor. Portanto, as pessoas estão colocando o lixo onde? Na caixa de papelão. Aí vem o clima e atrapalha tudo e chove nesse final de semana, o que faz com que o lixo orgânico, principalmente, seja conduzido aí pelos bueiros e pelas sarjetas. E é real isso.

A Associação composta pelas empresas que recolhem o lixo já fez essa denúncia, não só para a Prefeitura, mas para a mídia, para a imprensa e para vários órgãos: cada vez mais o lixo está na rua, cada vez mais vamos ver ratos na cidade, cada vez mais vamos ter moscas.

Vocês se lembram de mosca? Vocês se lembram de alguma mosca nos últimos meses e anos na cidade de São Paulo? Por que não há mais moscas? Porque o lixo era guardado no saco plástico, fechado adequadamente, e as moscas sumiram. Eu, quando era criança, quando era jovem, todo jovem numa casa - na dos meus amigos também - tinha o mata-moscas. Cada um tinha o seu. Tenho duas irmãs e cada uma, num determinado horário, matava mosca em casa. Era obrigação, porque enchia de mosca. Onde que se deixava o lixo?

Você deixava o lixo no latão que ficava na rua. Alguém passava e jogava o latão

fora. Despejava, tirava, chutava o latão, tirava a tampa e o lixo ficava exposto. Não havia uma adequabilidade do envolvimento, principalmente do lixo orgânico. Com a sacola plástica e com o saco de lixo adequado isso acabou, só que as moscas estão voltando. Já vi várias. Estão identificadas com um “x” nas costas. Irão bater na turma da Apas porque não é possível mudar tanto a história da nossa cidade por conta de um acordo espúrio e autoritário.

Os lixos estão nas ruas e isso mexe com a saúde pública. Ao mexer com a saúde pública nos remete a ver o uso intenso dessas caixas de papelão dispostas no supermercado para que nós as levemos para nossas casas cheias de bactérias.

Vários estudos observados disponibilizam informações sobre essas bactérias. Não sei se alguém já teve a oportunidade, eu já tive essa oportunidade de ver o que é o *back office*, isto é, o que tem no fundão do supermercado que você não vê. É onde ficam as tais caixas. Rapidamente eles têm de tirá-las do local para deixar que nós, usuários, as levemos com esse nível de bactéria que está sendo divulgado. A gente leva para casa e depois crianças têm acesso às caixas. Ficam um tempo na nossa despensa, dependendo de onde você mora, se casa ou apartamento, ficam na área de serviço. Depois cabe a nós descartá-los quando a lei de resíduos sólidos disponibiliza uma informação nova, um conceito novo, a logística reversa, que cabe aos supermercados descartarem. Têm a responsabilidade e acabaram de passar para nós, consumidores.

Então, essa questão da proteção da saúde, do risco à doença está muito presente e percebo, Vereador, a sua preocupação com isso desenvolvendo um projeto de lei que proíbe o uso das caixas de papelão justamente defendendo, talvez como ponto principal, a questão da proteção à saúde, o risco à doença.

Quero salientar ainda que, baseado nos princípios da sustentabilidade, preconizada através dos três vértices: desenvolvimento econômico, com equidade social e equilíbrio ambiental, efetivamente esse acordo pôs por terra tudo o que se entende e o que se conceitua a respeito de desenvolvimento sustentável, porque só se cuidou do econômico. Esqueceu-se

absolutamente do social, de todos os trabalhadores envolvidos nessa história, de todas as empresas que estão perdendo tudo, não sabem mais o que fazer com essa discussão das sacolas e, principalmente, deixou de lado o ambiental, porque todo mundo já descobriu que o problema não é a sacola plástica. Se o problema fosse o plástico, a sacola de lixo seria abominada, abolida, os plásticos todos que embalamos as verduras e as frutas. Aí, sim, a gente discutiria esse acordo sob o viés ambiental. Está mais do que claro que a questão é política e econômica.

Portanto, Vereador, ficam minhas palavras de incentivo ao seu projeto de lei, porque isso também faz com que nós, via indignação, reflitamos cada vez mais sobre tudo o que está acontecendo e tenhamos no Legislativo do Município de São Paulo pessoas como você, interessada em minimizar os problemas dos nossos munícipes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Prof. Lívio. A Covisa foi convidada a participar do nosso debate e se ausentou alegando que estaria em diligência em outras atividades na cidade de São Paulo. Desde já, quero pedir à assessoria da Comissão de Finanças para a próxima reunião que encaminhe um ofício, um requerimento solicitando informações da Covisa sobre o número de diligências feitas junto aos supermercados da Cidade para verificar as condições de higiene. Já que está tão imbuída em tantas diligências preventivas, vou pedir um relatório para ver quantos supermercados, especialmente hipermercados das grandes redes a Covisa fiscalizou. Não precisa ser no último ano, pode ser durante este ano. Estou pedindo, de ofício, para que seja encaminhado para a próxima reunião, esse ofício de esclarecimento.

Quero anunciar as presenças dos Srs. Luiz Fernando Chaves, do Instituto Sócio-Ambiental do Plástico e Paulo da Colina, Diretor do Instituto Nacional do Plástico.

A fala do Lívio me inspirou, porque na última vez em que fui a uma grande rede de supermercado fazer compras, fiquei tão constrangido que não me sinto mais à vontade para voltar. A primeira coisa que me disseram – aliás, abandonei as compras lá num domingo – foi

que não havia sacola, porque a lei proíbe. Falei: “Que orientação a senhora recebeu? Foi do departamento jurídico da rede?” E ela respondeu: “Olha, eles disseram que é proibido”. É uma ação de má fé. Não orientar adequadamente os que vão atender o cidadão, o consumidor dizendo que é uma lei proibitiva na cidade de São Paulo é muito ruim. Não é bom o fato de a imprensa passar a ideia de que haveria uma proibição. Isso é muito ruim.

Tem a palavra o nosso ilustre Dr. José Eduardo Tavolieri de Oliveira, Presidente da Comissão de Direitos e Relações de Consumo da OAB-SP, que já promoveu debates sobre o assunto. Obrigado pela sua presença.

O SR. JOSÉ EDUARDO TAVOLIERI DE OLIVEIRA – Eu que agradeço estimado Vereador Francisco Chagas, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, uma boa tarde.

Peço licença para me manifestar de pé, porque confesso que estava aguardando de forma muito ansiosa a minha manifestação e por algumas razões. A primeira delas, porque dos meus 42 anos de vida, pelo menos 35 deles frequento semanalmente os supermercados. Perdi minha mãe com seis anos. Fui criado por avó paterna e por conta disso, sempre auxiliava nas idas e vindas nas redes de supermercados e me recordo como se fosse hoje – e até gostaria de fazer uma retrospectiva – que na história deste país as grandes, pequenas ou médias redes de supermercados sempre nos forneceram algum tipo de material, seja sacolas de papel, papelão ou de plástico para acondicionarmos os nossos produtos e voltarmos para nossas residências de forma satisfatória e com a nossa dignidade enquanto ser humano preservada.

Recordo-me também não muito longe de que o supermercado sempre disponibilizou a nós, consumidores, empacotadores. Por alguma razão, os empacotadores simplesmente sumiram, desapareceram. Era uma grande oportunidade para que os adolescentes e mesmo os idosos pudessem aumentar a sua receita e contribuir com o orçamento familiar.

Então, esse é o presente que as redes de supermercados dão ao seu maior patrimônio que somos nós, consumidores. E para ser consumidor, minha gente, não precisa ser escolado não. Não precisa ser graduado, muito menos ter pós-graduação. A escola da vida é a nossa graduação. Tenho certeza de que todos aqui já passaram pela escola da vida e sabem efetivamente o que vou dizer. Os supermercados infelizmente ao longo desse período vêm prestando um verdadeiro desserviço a toda a população.

Vou iniciar pelo tema das sacolas plásticas, porque já que recordar é viver, há 15 anos quando me dirigia ao supermercado e não tinha mais a sacola – lembrem-se do Supermercado Peg e Pag? Sacola de papel, extremamente resistente. Por alguma razão mudaram para sacola plástica. Sacolas plásticas, as primeiras, eram resistentes. Eram duráveis. Mas, por alguma razão, da mesma forma que os empacotadores que sumiram, a qualidade e a durabilidade daquelas sacolas plásticas também desapareceram do cenário. E aí, o que aconteceu? Em vez de uma sacola plástica precisávamos de duas, porque não dizer três, para acondicionar os mesmos produtos, daí o desperdício. Está aí, portanto, a agressão ao meio ambiente pela perda de qualidade das sacolas plásticas.

Muito bem. É preciso, antes de mais nada, que se façam alguns esclarecimentos, porque a imprensa - e eu fiquei chocado com o papel da imprensa - se prestou como um verdadeiro instrumento para desinformar a população. E por que se prestou a esse papel? Aí a gente precisa perguntar para a imprensa.

O fato é o seguinte: esta Casa Legislativa, de fato, e eu fiquei pasmo por isso, aprovou uma legislação que tem por finalidade a proibição da distribuição das sacolas plásticas. Só queria lembrar aos nossos legisladores de que a Constituição Federal no seu artigo 5º, inciso XXXII é muito clara quando diz que o Estado tem o dever de proteger o consumidor na forma da lei. Então, a lei tem de ser criada para tratar dos direitos do consumidor, é para amparar as nossas pretensões, os nossos direitos e os nossos interesses, não da Associação Paulista de Supermercados. E essa legislação municipal é clara ao

amparar os direitos e os interesses econômicos das redes associadas a essa Associação que se nega peremptoriamente a participar dos debates, seja aqui, seja na Ordem, enfim, sempre são convidados e nunca comparecem. Isso é de se estranhar.

Então, existe, de fato, uma legislação municipal que trata desse assunto, mas passem os senhores e as senhoras, essa legislação encontra-se suspensa por determinação do Tribunal de Justiça desde o ano passado. Ocorre que a Fundação Procon, o Ministério Público e a Associação Paulista dos Supermercados, mesmo após a suspensão dessa legislação, firmaram um termo de ajustamento de conduta – e aí que veio a desinformação – e começaram a propalar, a divulgar nos quatro cantos que a partir de uma determinada data os supermercados estariam impedidos de distribuir graciosamente as sacolas plásticas. Minha gente, isso é uma mentira. E por que é uma mentira? Porque não há lei que os obrigue a não distribuir. Se hoje, qualquer rede de supermercado quiser oferecer-nos como sempre ofereceu, em tese graciosamente, as sacolas plásticas poderá fazê-lo sem sofrer qualquer tipo de sanção.

Com relação ao projeto do nobre Vereador Francisco Chagas que pretende também banir do mercado de consumo as caixas de papelão não vou repetir tudo aquilo que já foi dito pelos meus antecessores, mas gostaria apenas e tão somente e com o devido respeito de divergir do nosso primeiro debatedor, do nosso primeiro palestrante. E por quê? Porque como dito, frequento os supermercados desde os seis anos. Então, sei bem o que vou lhe dizer agora. Acondicionar uma caixa de Omo juntamente com produto alimentício é um perigo e o senhor sabe por quê? Porque a caixa do Omo não tem a qualidade que se espera, e o produto que está acondicionado sai com a maior facilidade. Quantas vezes fomos a um supermercado e já molhamos a mão com cloro devido à péssima qualidade da embalagem? E agora querem que levemos para casa os nossos produtos acondicionados em caixas de papelão? Pouco me importa se elas apresentam coliformes fecais ou não, o problema é que é um meio inadequado para se acondicionar e transportar alimentos e produtos de consumo que estão diretamente

atrelados à nossa saúde.

Como podemos reverter essa situação? Vou um pouco mais longe, vou falar da nossa dignidade. O professor André é pós-graduado na escola da vida. Imaginem o professor André, que usa bengala, pegando uma caixa de papelão. É possível entrar num ônibus com uma caixa de papelão com comodidade e dignidade? Não. E este papel se prestou esta Casa legislativa: advogar em prol dos interesses daqueles que não precisam de advogado. E por que não precisam? Porque já têm um departamento jurídico à sua disposição. É mentira que hoje não podem mais fornecer sacolas. Podem sim, mas não fornecem porque se tornou mais uma fonte de receita. Há alguns supermercados que não frequentamos devido aos altíssimos preços cobrados, mas vão ao Pão de Açúcar e vejam a quanto eles estão vendendo um carrinho de feira: quase 100 reais. Vão ao St Marche para verem a quanto eles estão vendendo essas sacolinhas tidas como ecologicamente responsáveis. Agora, eu pergunto: Essas sacolas não entopem o bueiro? “Ah, mas dura somente três meses ao invés de 30 anos”. Ora, mas nesses três meses não vai chover e bueiros não vão entupir?

Então, o problema é econômico, sim, e agora vou dar a chave do sucesso: devemos prestigiar quem nos prestigia. Então, se formos a algum supermercado e nos sentirmos desprestigiados, temos de fazer o que o Vereador fez: deixar a compra lá e ir embora. Outro dia fui para Cotia fazer uma compra em um supermercado de pequeno porte. O funcionário deve ter me visto na televisão, por conta dessa matéria, e falou assim para mim: “Hoje tem sacola plástica”. Disse para ele que tinha de ter sempre. Ele falou que a lei não permitia. Eu indaguei que estávamos em Cotia, outro município e não há legislação que os impeça. De forma constrangida, ele me disse: “Sabe o que está acontecendo? O gerente do Pão de Açúcar, que fica a 500 metros, vem semanalmente nos visitar para nos fiscalizar, para verificar se estamos distribuindo sacolinhas plásticas aos nossos clientes”. “Qual é o problema?”, perguntei e ele respondeu: “Retaliação”. Isso porque um comerciante de pequeno porte não tem condições de disputar o mercado com um de grande porte. O Pão de Açúcar

pode pedir à Coca Cola para não vender mais para certos estabelecimentos. Isso é concorrência desleal, é o poder econômico falando mais alto, mas não podemos mais aceitar esse tipo de imposição.

- Aplausos no recinto.

O SR. JOSÉ EDUARDO TAVOLIERI DE OLIVEIRA – Temos uma das legislações mais modernas e mais avançadas do mundo, que é o Código de Defesa do Consumidor. Essa legislação é tão importante que houve a necessidade de criação de uma verdadeira política nacional das relações de consumo. Estou falando isso porque está no texto. E o que diz essa política nacional das relações de consumo? “Essa política nacional tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores”. Então, toda a política que foi construída é para nos atender, não para nos desatender. Essa política tem por objetivo o respeito à nossa dignidade como seres humanos, a proteção da nossa saúde, da nossa segurança e dos nossos interesses econômicos.

Ora, a partir do momento em que me forçam a adquirir sacolas, estão mexendo no meu bolso. De mais a mais, como isso é fato histórico, alguns podem dizer que não existe lei que os obrigue. Também não é verdade, e por uma razão: porque o serviço tem de ser prestado de forma adequada. Além disso, fontes do Direito não são apenas as leis, mas os usos e os costumes. Há pelo menos 35 anos frequento supermercados e sempre recebi graciosamente as sacolas. Por que mudar agora? Qual é razão? Meramente econômica.

Daqui para frente, temos de mudar o nosso hábito, porque a mudança de hábito é a melhor ferramenta. Portanto, devemos prestigiar quem nos prestigia. Se eu for a uma rede de supermercados e não receber sacola, lá não volto mais, lá não gasto mais o meu dinheiro e vou buscar a concorrência para depositar meus créditos, mesmo que seja um supermercado pequenininho, mas que me respeite, rogando a Deus que ele cresça e faça concorrência às grandes redes de supermercados. Tenho certeza de que com isso o País vai melhorar.

Mais uma vez, obrigado pela atenção. Os senhores e as senhoras podem ter

certeza de que de nada valeria esse nosso sacrifício, esse nosso esforço se não fosse pela presença honrosa de vocês. Conto com o apoio de todos para que possamos, enfim, mostrar à Associação Paulista que eles estão errados.

Deixo a pergunta: Qual outro tipo de estabelecimento comercial não quer distribuir sacolas plásticas? Com exceção das grandes redes de supermercados, gostaria que alguém me dissesse. Por exemplo, será que a Casa & Construção vai deixar de fornecer sacola plástica? Nunca ouvi a Casa & Construção reclamar disso, assim como não ouvi a padaria e a farmácia reclamarem.

Outra pergunta: Por que só as redes de supermercados? Por que só a Associação Paulista de Supermercados? Por que só a nacional? A preocupação não é com a proteção ao meio ambiente? Será que a proteção se dá apenas em esfera estadual?

Admiro o trabalho do Procon, que faz um trabalho sério para nos defender, mesmo com a pouca estrutura que tem, mas é um órgão que está vinculado a questões de ordem política. Não se esqueçam de que foi o Governador Geraldo Alckmin quem firmou essa parceria com a Associação. Vocês acreditam que o Diretor Executivo do Procon vai contrariar o Governador? Se fizer isso, estará na rua. O Procon, então, tem um desconto por conta disso. É aí que entra o papel da OAB, que tem o intuito de proteger a sociedade. Vou proteger e vou fazer o que estiver ao meu alcance, porque acho que isso está errado. Precisamos, efetivamente, então, mudar essa situação, mas só a mudaremos com a mudança de hábito de todos nós. Se ficarmos sentados, de braços cruzados e não reivindicarmos, estaremos literalmente fadados ao insucesso.

Muito obrigado pela atenção e contem com o nosso apoio. E parabéns ao Vereador Francisco Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Dr. José Eduardo.

Vou passar a palavra ao Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Cosméticas, Plásticas e similares de São Paulo e região. Aliás, o

Sindicato, que tem em sua base 100 mil trabalhadores indiretos e 30 mil trabalhadores diretos, não foi chamado para compor a Mesa desse fabuloso acordo que foi feito entre a Apas e o Governo do Estado de São Paulo. Até onde sabemos, já estamos sofrendo duros prejuízos em postos de trabalho.

Tem a palavra o Sr. Benedito Alves de Souza.

O SR. BENEDITO ALVES DE SOUZA – Boa tarde a todos. Na figura do Vereador Francisco Chagas, meu companheiro, cumprimento todos os demais. Sou da mesma linha dos companheiros que já falaram: estamos enfrentando um problema de saúde pública. Pesquisas dizem que só podemos carregar um peso equivalente a dez por cento do nosso peso corporal. Já houve épocas em que íamos somente duas vezes ao mercado por mês, compras quinzenais. Agora, não, todo dia temos de passar no supermercado porque, como disse o professor André, não conseguimos nos locomover daqui à zona Norte com uma caixinha num ônibus, já que isso nos incomoda e incomoda os demais passageiros. Já pensaram o que é pegar um ônibus às 18h?

O professor falou da questão dos afastamentos. Realmente os afastamentos têm aumentado por conta de as pessoas estarem pegando mais peso, geralmente desproporcional ao peso do próprio corpo; dores nas costas, lordoses requerem o afastamento dos trabalhadores de suas atividades laborais. Será que o órgão competente vai reconhecer que o problema de dores nas costas é também devido ao transporte de produtos alimentares em caixas?

Não quero me alongar muito, porque todos os que falaram já abordaram essa questão. É uma pena essa falta de acompanhamento da Vigilância Sanitária em mercados.

Corroboro as ideias do Dr. José Eduardo, da OAB, em relação ao fato de que temos de frequentar somente mercados que nos tratem bem, já que os grandes supermercados, como o Grupo Pão de Açúcar, realmente vêm boicotando a distribuição de sacolinhas plásticas. Os supermercados da periferia têm nos dado condições de transportar

nossas compras, mas os grandes realmente não têm feito isso.

Para nós é algo muito ruim, mas quem faz as coisas acontecerem somos nós, cidadãos deste país. Então, a partir do momento em que começarmos a tomar consciência de que isso é um mal para nós, isso vai mexer com esses empresários que só querem ganhar e lucrar.

O nosso Hino diz: “Deitado eternamente em berço esplêndido. (...) Verás que um filho teu não foge à luta”. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Benê.

Agora começarei a passar a palavra ao público inscrito. Antes, porém, fará uso da palavra o Arquiteto Vital.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO – Rapidamente, farei alguns comentários. Como eu disse, acho este debate extremamente importante e, por conta desse espírito, gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Claramente existe uma questão em jogo, que é a questão dos sacos. Reconheço a validade dos argumentos em relação à questão de se proibir ou não o uso de caixas, e entendo que é tudo muito válido, mas não vejo como responder a uma arbitrariedade com outra arbitrariedade, proibindo-se a caixa. Se a caixa não for proibida, ela vai estar disponível para quem quiser usar. O que estamos discutindo é a obrigatoriedade de usar a Caixa. Justo seria simplesmente não proibir, a pessoa poder optar pela sacolinha ou pela caixa, caso ela tenha condições de carregar a caixa. Dessa forma, ela faria, sim, uma contribuição para o meio ambiente, sem sombra de dúvidas. O desempenho ambiental é melhor que o da sacolinha, isso é sabido no mundo inteiro.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO - Exatamente. Não estou falando de se jogar a caixa no mato ou no bueiro ou de se fazer uso indevido, como para acondicionar resíduos. Esse é um aspecto. Penso que existem, de fato, várias arbitrariedades em relação ao comportamento do setor dos supermercados, eventualmente gente desinformando, algo que

considero sério. Nesse aspecto, minha opinião é contrária ao extremo, que é proibição, e favorável à campanha de conscientização e engajamento da população.

Outro aspecto tem de ficar claro. O que foi apresentado pela empresa Microbiotécnica não chega sequer aos pés de um estudo científico. Isso não é absolutamente nada próximo de um estudo científico, não é. Foi dito e repetido por várias vezes o termo “evidências científicas”, usou-se a palavra “científico” em vão inúmeras vezes. Então, é preciso que fique claro que esse é um relatório feito sob encomenda de um setor, portanto tem seu mérito até esse ponto. Foram feitas análises, resultados foram detectados. Os resultados aqui apresentados possivelmente estão corretos, tudo leva a crer que sim. Em nenhum momento, o conteúdo desse relatório exprime pretensão científica. Se vou a um laboratório clínico e faço um exame de sangue, é um exame de sangue; já isso aqui se trata da análise de caixas. E quanto à metodologia, reconhecimento da comunidade científica, publicação em revista classificada, aprovação por *blind review*? Então, isso não é um trabalho científico, que isso fique claro. Claro que há mérito, mas não devemos fantasiar em cima disso, porque o primeiro erro da metodologia científica é a fantasia. Eis o que é: um relatório. Ele traz informação válida e qualificada, mas não é um estudo científico, muito menos conclusivo. Em nenhum momento, o relatório propõe-se a ser isso.

Finalmente, a contagem de bactérias presentes nas caixas, apontada pelo relatório, é absolutamente irrelevante. Isto precisa ficar claro: é irrelevante.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO - Não vi barata nem formiga citadas no relatório.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Peço aos presentes que o deixem concluir.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO - Concluirei e vou continuar aqui. Isso

não acaba aqui, como ele disse. O CVS está à disposição. O que precisamos é trabalhar com método, e o método, na análise de risco, pressupõe uma série de etapas. Isso de que estamos falando é evidência para um início de estudo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO – Foi por essa razão que eu disse...

Eu não discutindo isso. Aliás, eu não sei se o debate franco está aberto...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO – Tudo bem, mas não estou contrariando o argumento de ninguém, estou só dizendo que o relatório é isso; que essa contagem de coliformes, graças a Deus, é perfeitamente tolerável. Temos quantidades muito acima disso em quase tudo que está à nossa volta, inclusive no nosso próprio corpo, em nossas mãos, mesmo depois de lavadas. Então, não se preocupem tanto com isso; evoluam em cima de argumentos como os que citados: “Será que existe uma contaminação química?”, “Será que existe má-fé?”, “Será que existem interesses escusos?”. Vamos trabalhar essa discussão, com todo o respeito aos argumentos dos colegas. Apenas lembro que tem se dado muita ênfase no caráter científico fora do ambiente científico. Nesta sala, não há ninguém em condição de contrapor argumentação sob o ponto de vista da Microbiologia, ou da Epidemiologia, ou da Infectologia. Está claro que ninguém endossou isso; porque, senão, nós conseguiríamos facilmente passar um abaixo-assinado na Escola de Saúde Pública, nas várias entidades que zelam e estão preocupadas com questões dessa natureza, e assim conseguiríamos apoio de diversas entidades. Esse é o ponto que quero colocar, apenas isso.

Temos no Brasil o privilégio de ter o Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAl e o Centro de Tecnologia de Embalagem – Cetea, centro qualificadíssimo para emitir qualquer parecer nesse sentido. Basta só que não usemos esse relatório como se fosse um argumento científico. Aliás, esse argumento sequer tem validade perante o público, somente internamente, como ponto de partida. E o ponto de partida, a indicação desse relatório é de que aqui não há

nada para procurar. Se alguém acha que há evidências e que há o que procurar, elabore novos desenhos de investigação científica procurando de outra forma. Porque passar swab em caixa de papelão, com essa metodologia, com esse nível de resultados, e reproduzir mais resultados como esse – reprodutibilidade é base do método científico – não vai levar a lugar nenhum.

Estou, na verdade, contribuindo para o debate na medida em que eu gostaria de ver os argumentos fluírem. Só isso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Peço que fale no microfone, por favor.

(Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Vamos passar a palavra para o público presente.

Antes, quero dizer que não sou biólogo, sou cientista social, ramo em que trabalho há mais ou menos 30 anos. Não sou microbiologista. Haveria, aqui, uma pessoa com formação técnica específica.

- Orador apresenta caixas de papelão ao recinto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Eu perguntaria para a autoridade sanitária se saberia me dizer a que foi exposta esta caixa. Vocês saberiam dizer? (Pausa) Não. E esta outra, alguém sabe? (Pausa) Exatamente. Nem eu, nem vocês, nem a autoridade sanitária. Sabem por quê? Porque os conteúdos expostos aqui são invisíveis ao olho comum das pessoas. Mas vou dizer a vocês: a primeira foi exposta a roedor; a segunda, a inseticida e a terceira, a nada. A diferença entre elas é absolutamente nenhuma a olho nu. Só aconselho o doutor a, depois, lavar as mãos. De fato, o cidadão que não tem conhecimento e que não está protegido vai ao supermercado e pega qualquer uma delas, porque, a princípio, todas estão boas. Aparentemente.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Convidamos várias pessoas: Covisa, autoridades sanitárias e de saúde. Nós, como cidadãos, não temos condições nem obrigação de saber a que foram expostas as caixas. Porque não sabemos dos riscos e porque há essa possibilidade é que tem de haver normatização. Não estamos propondo a proibição de qualquer caixa de papelão; o que estamos propondo é que seja proibida a reutilização caso ela tenha sido exposta a contaminante. E vou pedir o relatório. Quero saber quantas diligências a Covisa fez no município de São Paulo às redes de supermercados para ver qual a situação sanitária dessas redes, os locais onde estão essas caixas. Vou querer ver todo relatório de diligência da Covisa. Depois, faço questão de publicá-los para vocês lerem. Estamos falando de uma situação de saúde pública em que nenhum cidadão nem o especialista que estava ali sentado é capaz, sem equipamento e estudo adequado, de saber qual é o tipo de contaminação. Podemos deixar isso impune? A autoridade pública pode concordar com isso? É claro que não, pois se trata de irresponsabilidade.

Em dois minutos, darei a palavra ao público. Antes, tem a palavra o Sr. Miguel.

O SR. MIGUEL BAHIENSE - Quero dizer o seguinte: acho absurdo que numa Mesa como esta, numa situação em que se discute um tema e apenas uma das partes apresenta algum estudo científico, esse estudo seja desmerecido. Lamento muito a intenção de se desmerecer uma avaliação científica feita com cuidados e com orientação do que se conhece para esse tipo de avaliação. Novamente, faço das palavras do Vereador Chagas a verdade. Embora eu seja engenheiro químico e o Vital, arquiteto, eu não tenho nenhuma obrigação, nem vocês, nem a própria Mesa... O fato é que eu gostaria de ter visto na Mesa, por exemplo, algum representante da APAS para explicar por que é fornecida ao cidadão uma caixa daquele tipo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Mas foi feito o convite.

O SR. MIGUEL BAHIENSE – Eu queria que algum representante estivesse aqui e pudesse dizer a vocês por que eles entregam a caixa. Eu queria que eles apresentassem um

estudo científico, porque já ouvi o Vital falando, por duas vezes, que a caixa de papelão é melhor, do ponto de vista ambiental, que qualquer alternativa. Isso é uma inverdade. O estudo científico que menciono a vocês, produzido pela Environment Agency, agência britânica de meio ambiente – e a todos os que estão ouvindo e especialmente a você, Vital, que talvez não conheça o estudo, eu terei o prazer de enviar –, analisou todas as alternativas usadas no Reino Unido para transporte de compras do supermercado para casa, incluindo: sacola plástica, sacos de papel e papelão, sacolas retornáveis de plástico oxidegradáveis e biodegradáveis -, enfim, todas as alternativas disponíveis. Evidentemente que no Reino Unido a caixa de papelão não foi comparada porque ela não é uma alternativa de embalagem para transporte de compras. O resultado desse estudo, Vital, mostrou que em oito das nove avaliações ambientais as sacolas plásticas tiveram o melhor desempenho ambiental. Sou engenheiro químico, mas não vou falar sobre eutrofização ou sobre questões ligadas aos mares; vou falar de dois desses nove pontos, que estão muito presentes para nós. As sacolas plásticas, Vital, dentre todas as alternativas – sejam elas de papel ou papelão ou mesmo de plástico, como as retornáveis -, emitem menos CO² desde o dia em que são fabricadas até o dia em que são descartadas no aterro sanitário ou mesmo recicladas; e consomem menos matéria-prima.

É por isso que insistimos em dizer que não há um estudo técnico-científico que diga que as sacolas plásticas são ruins, como você apontou aqui. O que você fez, Vidal, foi assim, todo mundo sabe o que é. Não! Todo mundo pode saber, porque informações equivocadas como essa acontecem, mas na comunidade científica isso não é realidade. E dizer com esse estudo aqui, queria que a APAS sentasse e mostrasse um estudo, que fosse reconhecido ou não por vocês, ou por outros órgãos sanitários, dizendo que a caixa de papelão é boa para isso. Mas não vejo. Estive no CONAR – Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária e a Plastivida denunciou ao CONAR a campanha, vamos tirar o planeta do sufoco idealizada pela APAS. Sabe qual foi o resultado em 1º de março? Propaganda enganosa e no material está dito que é para usar caixas de papelão gratuitas. Então chegar e dizer que não!

Não é alternativa, não é. Tem vantagem, não tem! Não! Eles usaram a caixa de papelão para enganar o consumidor dizendo eu não dou sacola para vocês, mais dou uma embalagem gratuita; tomem aqui a caixa de papelão. E aí ela é contaminada. Gente, pelo amor de Deus, o que é isso? E sabe o que eles disserem no argumento deles? Assim: são inúmeros estudos - está escrito na peça - científicos que comprovam que as sacolas são problemáticas. Mas são tão volumosos que não vamos juntar ao processo. É me chamar de trouxa! É isso? Coloque, um na defesa, eu estava presente, eu disse: quero um. Por isso que a APAS não foi no debate da OAB. É por isso que não foi em outro debate sobre sacolas do próprio Vereador Chagas, no sindicato dos Químicos. É por isso que eles não vieram aqui e é por isso que eles não vão ao debate, porque qualquer indício, qualquer estudo científico, e vamos tomar a palavra do Vital, como verdadeira que seja reconhecida e publicada nas revistas especializadas. Que não tenha isso, mas que tenha qualquer documento como esse. Porque esse é um documento oficial e acredito que não cabe aqui ficar discutindo se é ou não correto ou não, porque eu, enquanto cliente vou questionar a micro biotécnica sobre a veracidade disso daqui como foi colocado pelo Vital. Porque se o órgão de vigilância atesta e diz que isso daqui não em validade científica, alguém vai ter que me provar, porque eu paguei pelo estudo. Eu, enquanto presidente da Plastivida, paguei pelo estudo, quero saber onde fui enganado. Se eu fui enganado pela empresa, ou se estou sendo enganado aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Com a palavra a Sra. Sônia Barbosa, do Movimento Voto Consciente.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Vereador, conforme falei o senhor foi uma pessoa muito delicada comigo, com a minha instituição e por essa razão vim a sua audiência pública. Vim para ser educada e delicada com o senhor. Quero lhe parabenizar por ter chamado, pelo menos uma pessoa do governo, isenta de interesses para explicar a população os relatórios e tudo mais. Parabenizo o senhor, porque foi o voto contrário. O restante da mesa, todos, têm algum interesse em plásticos. Ah! O senhor não tem? Então tá ótimo. Então aparentemente os

senhores mostraram interesse das sacolas plásticas. Só posso falar como cidadão, como uma pessoa que vai ao supermercado e como pessoa que trabalha, entre aspas, nessa Casa há mais de 10 anos e nós somos voluntários, comparecemos a Câmara Municipal de São Paulo para acompanhar dos Vereadores. Esse é o nosso trabalho. Estou aqui como cidadã. Ouvi atentamente todos falarem e eu li todo material que o senhor me mandou, vi toda essa inglesa, vi outra que o senhor mandou, e eu como leiga, senti que os relatórios tinham sido feitos, no caso da Brasil, por empresa de plástico, como o senhor fez, arrumou quem fizesse um estudo para apresentar. Então não é um relatório isento, como Dr. Vital falou. Ele sugeriu outras duas empresas para fazer que seriam outras duas empresas isentas e que seriam relatórios que pudéssemos formar uma opinião. Com os relatórios que o senhor me mandou, eu não consegui formar uma opinião baseada na instrução técnica dos relatórios.

Agora, como pessoa ouvindo o que foi falado aqui e fui ao supermercado, como sempre vou, e testei, observei, fiz, para poder chegar segunda-feira e falar ao senhor. O que eu vi é que não há interesse dos supermercados em que levemos as caixas porque eles as vendem, pelo menos nos supermercados que eu fui. Eu só posso falar daquilo que eu vi e presenciei. Não posso falar da Cidade inteira. Não fui aos outros bairros. Só fui aos bairros que são próximos a minha casa. Fui a três supermercados diferentes e por isso estou falando.

A minha visão também não é válida, porque eu só vi em volta da minha casa três supermercados e eu, que não sou técnica, observei como cidadã. Só isso. Não é para vocês seguirem o que estou dizendo. Só estou oferecendo ao Vereador uma resposta que S.Exa. me pediu. Ele me mandou todo o material e estou sendo delicada, devolvendo a ele o que eu vi. Eu senti isso. Não havia quantidades de caixas para a gente usar, pelo contrário, só vi caixas grandes que não davam para eu carregar, tinham de ser caixas pequenas. Vai ver as outras já haviam sido levadas.

Não vi interesse. Desconfio que os supermercados, aos poucos, vão diminuindo a quantidade de caixas oferecida à população porque eles têm interesse de vender. Eles ganham

dinheiro com a venda do papelão, não é? Então, que interesse eles têm que a gente leve?

Outra coisa que o Dr. Vital falou, está lá exposto, pega quem quer. O senhor acha que vou pegar uma caixa de raticida? Não vou mesmo. Não vou pegar uma caixa de cloro. Eu não vou escolher uma caixa de um produto que não seja um produto que não me faça mal.

Agora, o que vejo, Vereador, é que proibir é uma palavra horrível.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SÔNIA BARBOZA - Estou falando. Vocês me ouçam, depois vocês falam.

Só que eu não vou ouvi-las porque eu esperei três horas...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SÔNIA BARBOZA - Não vou ouvi-la. Desculpa, mas isso não é uma audiência pública normal. Eu frequento as audiências públicas e sei como é.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SÔNIA BARBOZA - Não, senhora. A senhora está enganada. A audiência pública é para a população falar e não os técnicos. Entendeu? A população que fala. Essa não é bem uma audiência pública normal. Estou dizendo por que eu sei.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SÔNIA BARBOZA - Os produtos estão todos embalados em caixas, em plásticos e tudo mais. Então, se houve algum cloro, como o senhor mostrou, o meu produto não teria contato com ele porque ele está embalado. Isso é um caso. Outro caso o supermercado não se interessou em me dar. Terceiro ponto, por que só agora houve essa preocupação dos senhores com as caixas? As caixas sempre estiveram lá, a gente conseguia as caixas, muitas vezes precisei embalar em caixas e eu conseguia as caixas. Esse problema nunca foi levantado. Por que o senhor está falando agora?

O meu questionamento é o fato de ser proibido usar caixa. Não proíba, Vereador, temos muitas proibições na Cidade. Não proíba, sugira. Deixe que cada um escolha o seu.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado.

Só queria esclarecer, D. Sônia, antes da senhora sair, tenho adotado o procedimento combinado na abertura da audiência pública. Na abertura eu disse que iríamos ouvir as autoridades convidadas porque há elementos técnicos que precisam ser apresentados e depois abriríamos ao público e está aberto ao público.

-Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Mas é a dificuldade de fazer a vida pública, dá trabalho mesmo, especialmente, em democracia porque tem de ouvir, tem de falar.

Muito obrigado de qualquer forma.

O SR. _____ - Lamento profundamente que ela se retirou do recinto, porque ela falou o que quis e, infelizmente, não ouvirá o que deve ser dito.

Se ela conhecesse melhor São Paulo, ela não teria dito isso. Se ela conhecesse Sapopemba, Itaim Paulista, Tiradentes, São Mateus, ela sentiria o que a grande maioria da população sabe que é ausência de recurso, inclusive para comprar sacola plástica.

Então, lamento profundamente que ela tenha se retirado, até porque fez uma afirmação leviana, porque eu, aqui, represento os interesses dos consumidores e não de associação A, B ou C. Se estamos debatendo há três horas e ouvindo todos os antecessores, fazemos todos parte de um mesmo grupo.

Enfim, lamento profundamente a manifestação dela, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Perfeito. Obrigado, Doutor.

Tem a palavra a Sra. Haide Francisca de Moraes.

A SRA. HAYDE FRANCISCA DE MORAES – Boa tarde a todos. Gostaria de falar algo que não precisa ser professor, Vereador ou chamar Vital, não precisa de absolutamente nada, a gente só precisa ser humano. Quando jogamos uma caixa na rua – e automaticamente não é o pessoal que mora na Avenida Paulista, na Bela Vista, estou falando da periferia de São Paulo. Quando eu jogo, crio um estado de putrefação para o lixo. Nos grandes lixões as pessoas chamam de chorume. Eu gero aquilo e aquilo na nossa sacolinha

plástica fechada, ali dentro, toda essa bactéria que está na mão, na mesa, no corpo, está na sacolinha plástica se proliferando. Quando ela está dentro da caixa, a água vai levar. Então, o estado de putrefação da nossa rua, vai ficar horrível. Quem mora na periferia, vai sofrer muito com isso.

Aquela senhora - sinto muito por ela -, não entendeu o que é levar uma caixa e o Chagas tem razão, está contaminada do quê? Do que está contaminada? Ninguém sabe. Existem coisas que não se veem a olho nu. Só se vê com varredura. Só que ele entra no seu organismo e causa um grande dano. Você pode ficar internada porque ingeriu qualquer dessas bactérias – não vou citar o nome -, vamos falar de forma simples.

O que eu gostaria que fizessem? Fosse proibido. Por quê? O que está acontecendo conosco? Estamos regredindo? Queremos fazer o quê? Que os nossos coletores de lixo segurem as nossas latas de novo? Que País é este? Porque o Sr. Alckmin fez um acordo? O que é isso? E vamos aceitar isso? Vamos aceitar a regressão? Não. Tem algo errado nisso e sabemos o que é. Sabem o que está acontecendo conosco? Nós estamos sendo desrespeitados. Estão nos chamando de trouxa. Essa é a grande verdade, politicamente.

Eu sou a favor de proibir caixa na rua porque, simplesmente, ela vai poluir, vai acabar caindo no lago e a situação vai ficar muito feia.

Era isso que gostaria de falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Sr. Francisco da Silva, da Associação São Jorge.

O SR. FRANCISCO DA SILVA – Boa tarde a todos e à Mesa. Parabenizo o Vereador Francisco Chagas, em nome de todos, por mais essa iniciativa. Agora sim chega à frente da discussão, pessoas que acompanham o Legislativo, o Executivo e a comunidade por meio de associações de bairro e vemos muitas manifestações que apoiamos, como a do Doutor da OAB que fez uma explanação muito coerente e séria.

A Plastivida também fez uma apresentação e até defendendo o Vital quando diz que

não há estudo científico. No momento em que a Plastivida estava se manifestando, ele estava sentado tirando um cochilo, na verdade, não acompanhou muito a discussão feita. Então, além do documento apresentado, houve uma bela explanação do Presidente da Plastivida, assim como do Professor, do colega do Sindicato dos Químicos e do Vereador, que tem realizado um trabalho muito sério desde a questão da sacolinha e agora com a caixa de papelão.

O Sr. Vital fez uma colocação mostrando que pode conhecer a parte técnica da qual administra, mas não conhece a comunidade e a população. Ele pode até conhecer, mas no início da sua fala, disse que foi orientado a fazer essa discussão. Garanto que não é o que ele pensa. Tenho certeza de que ele não pensa assim, porque se pensasse dessa forma, como diz que pensa, ele iria ver que um acordo assim, como Dr. falou, na Constituição Federal, artigo 5º, XXXII, dispõe que o Estado tem de proteger, não coibir a população, como estão fazendo, para que as pessoas façam aquilo que eles querem. A própria mídia deveria divulgar o acordo que foi feito, porque isso, na verdade, é agir de má-fé. A população teria de entrar com um processo contra o Governo do Estado e Prefeito para que eles pagassem o dano causado. (Aplausos) Se cada consumidor, que for maltratado por um supermercado, entrar com uma ação contra os Governos Estadual e Municipal, contra essa norma, garanto que eles teriam de mudar de ideia.

Portanto, Vereador, é muito fácil falar sobre a Saúde pública – Vigilância Sanitária, SUS – quando se tem plano de saúde, quando se está sendo atendido no Sírio Libanês. (Aplausos) Agora, quando se vai para a periferia da Cidade, onde temos 60, 70 mil habitantes em uma região e temos somente uma Unidade de Saúde, que é o caso do Jardim Santo André, Parque das Flores, Alto Alegre, Conquista, Vila Bela - aí fica difícil! Fazemos várias discussões para melhorar essa condição e aí falam sobre a Vigilância Sanitária, que tudo está contaminado, mas nas periferias da Cidade vemos lixo a céu aberto; falta de saneamento básico; caçambas de lixo encostadas porque não há coleta porta a porta.

Portanto, Vereador, é um projeto muito sério. Isso, na verdade, é meter a mão no

bolso do consumidor. Para ser mais claro: isso é roubo! Ouvi dizer que isso é um acordo com o Pão de Açúcar, Carrefour e os demais e com o Governo do Estado. Isso é roubo na linguagem popular. Para isso é necessário ter seriedade. Isso é conversa para defender o meio ambiente, porque se fosse para defender o meio ambiente, garrafa pet, todas as embalagens plásticas estariam envolvidas. Agora, colocaram na cabeça do cidadão que essa lei é para defender o meio ambiente. As pessoas estão sendo manipuladas. Têm de ter políticas públicas adequadas para que a política de meio ambiente possa ser eficaz. Como se faz isso? Tem de se fazer uma política de coleta, de reciclagem. Tem de haver uma política pública de incentivo ao catador, de incentivo para que o meio ambiente possa ser, de fato, favorecido, e não dessa forma: metendo a mão no bolso do trabalhador. (Aplausos)

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Obrigado, Sr. Francisco. Tem a palavra a Sra. Marina.

A SRA. MARINA – Sou Marina, de São Mateus, da região de São Mateus, sou presidente de uma Associação que tem um convênio: temos 50 salas de alfabetização de jovens e adultos.

Esse tema das sacolinhas e caixas plásticas - temos aqui algumas educadoras do Mova -, é um tema que está sendo discutido todos os dias. Os alunos do Mova não aceitam a proibição do uso da sacolinha e também não aceitam levar seus alimentos dentro de uma caixa de papelão. Esse relato de baratas, de várias formiguinhas que infestaram as casas, isso não é balela. Isso está acontecendo mesmo na região de São Mateus e é uma preocupação muito grande porque não sabemos o que esses insetos estão trazendo para dentro de nossas casas.

Gostaria de dizer algo que aconteceu comigo na sexta-feira. Fiquei horrorizada com uma pessoa do mercado Dia, que me disse: "Ou a senhora leva seus alimentos na caixa de papelão ou a senhora paga as sacolinhas". Neguei-me a levar a caixa de papelão. Falei a ela: "Quero a notinha fiscal e vou reclamar ao Procon". E ela me respondeu: "Minha senhora, não perca seu tempo! O Procon está do nosso lado, do lado das redes de

supermercado”. E eu disse: “Não. O Procon é em defesa do consumidor”, e ela: “Não se engane! Foi feito um acordo e o Procon está do nosso lado.”

Então, é vergonhoso você ouvir alguém, da própria rede, dizer que o Procon fez acordo.

E outra questão: na semana passada, ouvi uma amiga minha, a Dulce, no Jornal Nacional, dizendo sobre as pets. A Associação Chico Mendes foi criada por nós, na região de São Mateus, e a Dulce estava reclamando, por que não se incentiva a questão da reciclagem. Ela disse que o pó do plástico das pets vale ouro e, infelizmente, nossos catadores não recebem praticamente nada por isso.

Enfim, deixo esse recado, para que vocês levem essa questão do plástico e que se proíba a caixa de papelão, porque não merecemos levar a contaminação para dentro de nossa casa.

Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Tem a palavra a Sra. Marilene da Silva.

A SRA. MARILENE DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Marilene, moro em Vila Bela, região de São Mateus.

Tenho três perguntas a fazer ao defensor das caixas de papelão.

Primeira pergunta: ele sabe como são armazenadas as caixas de papelão nos supermercados?

Segunda: o senhor sabe como é, o senhor já experimentou carregar uma caixa de papelão cheia de compras dentro de um ônibus no horário de pico?

Terceira: o senhor sabe o que é carregar uma caixa de papelão debaixo de chuva?

Boa tarde e muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Tem a palavra o Sr. Prof. André Rodrigues Cardoso.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES CARDOSO – Boa tarde a todas e a todos.

Estamos falando sobre as caixas de papelão em supermercados. O Sr. Vital deu-nos um parecer sobre a proibição das sacolinhas plásticas no supermercado e que teríamos de usar as caixas de papelão.

Não concordo com isso porque toda a vida usou-se a sacola plástica. A sacola plástica tem várias utilidades: ela vai para a casa do consumidor; serve para armazenar o lixo; serve para carregar qualquer coisa.

Não sou contra a caixa de papelão, mas desde que fosse uma caixa própria para isso, não uma caixa como essa aqui que o Vereador mostrou.

Fui fazer minha despesa no Supermercado Assaí. Depois que passei no caixa, pedi sacolinhas e a moça informou que eles não dão sacolinhas. Eles vendem as sacolinhas por 5 reais cada uma, ou, então, eles dão as caixas de papelão. Aí perguntei se a caixa era especial para levar as compras e a moça me respondeu que a caixa era boa e mandou o rapaz ir buscar a caixa. Quando fui pegar a caixa para colocar a mercadoria, era uma caixa suja, com produtos químicos derramados. O que fiz? Cheguei e disse: "Fique com a mercadoria. Não vou pagar e não vou levar". Saí e fui para outro supermercado fazer minhas compras.

Acho impossível de se proibir a sacola plástica. Quero que seja proibido a despesa ser carregada no supermercado em caixa de papelão, porque isso é um lixo. Caixa de papelão é um lixo. Eu não concordo que ninguém carregue sua despesa em caixa de papelão. Eu concordo com o cidadão, quando ele fala assim. "A pessoa vai ao supermercado, ele não tem a sacola, pega a mercadoria, põe no chão, põe no porta-malas. Chega à sua casa, tira do porta-malas, põe no chão para, depois, levar para dentro de casa". Isso é uma injustiça para a população brasileira, uma injustiça.

Então, temos de lutar, de enfrentar, para vencer essa batalha.

Muito obrigado. Era só isso que eu tinha de falar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Sr. André.

Passo a palavra para o Marinho, o último orador.

Daí passaremos às considerações finais.

O SR. MARINHO – Boa tarde a todos e a todas, em especial à Mesa, representada pelo Poder Legislativo, Judiciário, Executivo e a sociedade civil e a mídia de boa-fé, se houver aqui. (Risos)

Vou fazer minha fala baseado em alguma coisa referente à gestão. Acho que esses dois gestores, que hoje representam o Estado e o Município de São Paulo, têm alguma coisa errada. Acho que, no dia em que eles foram fazer aquela negociação com a Associação dos Supermercados, era na época do Pasquinha, que era um cara bom, ainda mais quando davam um uísque para ele, aí ele abria, fechava, assinava documento, abria o leque todo. Assim, acho que foi feito dessa forma.

Melhor acharia que as duas gestões não se preocupassem com essa coisa mínima que é a sacolinha. Acho que há outras coisas piores na sociedade hoje que são os resíduos líquidos. Por que os resíduos líquidos, por exemplo, fezes e urina, a Sabesp de São Paulo utiliza 100% e cobra da gente 100% e é 100% reciclado? Não é um resíduo? Não é um resíduo líquido?

Gostaria também que os dois executivos fossem ver os resíduos úmidos de bocas de lobo e de piscinões nesta cidade, ver aqueles caminhões entrando nos piscinões, entrando na beira, onde se faz a limpeza de BL, os resíduos sólidos de bactéria, de tudo que é coisa que não presta, cachorro morto, rato morto, que são colhidos; ver se está sendo bem feita aquela coleta. Isso acho que precisa ser feito. Pneus, acho que devia se achar um jeito de proibir pneus. Vão fazer pneu de água: desmanchou, não tem problema, lavou o asfalto. São resíduos. Sapatos, às vezes há alguém com sapato aí na rua, cai o salto, esse sapato vai para dentro de uma daquelas bocas de lobo.

Com relação aos alunos aqui - que, aparentemente, são cinco alunos e um professor -, ou os alunos pegaram a apostila errada ou o professor pegou a apostila errada, no

caso, representando o governo, porque, quando todos os alunos não entendem a lição é porque algo está errado: ou o professor trouxe a apostila errada, ou foram os alunos. Se forem um ou dois que não entenderam, tudo bem. Mas, aparentemente, todos aqui entenderam. Aí, fica difícil.

Até obrigado pela consideração pelo Dr. André, eu também estou ficando doutor já na experiência de vida, que a gente tem um pouquinho.

Então, gostaria de parabenizar. É assim que se faz política. Acho que falta gestão.

Vereador, vamos prestar atenção nesses resíduos líquidos que tem por aí. Acho que é mais uma etapa também para você se preocupar com o governo, porque há aí um pré-candidato que, segundo a *Folha de S. Paulo*, a partir de amanhã, vai usar o seu tema aí para chamar a sacolinha de volta. Então, fica de olho nele. (Risos) Saiu na *Folha de S. Paulo*, não sei quem é. Acho que os jornalistas já devem ter visto. Então, como você já tratou primeiro, cuidado para o cara não ganhar seu projeto aí. (Risos)

Obrigado e parabéns para vocês. E vamos trabalhar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Marinho.

Pessoal, já estamos na reta final da nossa audiência pública, vou passar agora à Mesa só para as considerações finais. Vou usar um critério basicamente de ordem da direita para a esquerda, começando com o Benedito. Já estouramos demais o nosso tempo. Contamos agora com a tolerância das pessoas.

O SR. BENEDITO - Acho que, minimamente, agradecer a todos e a todas que estiveram presentes até o momento. E vangloriar o trabalho do nobre Vereador Chagas, realmente à frente dessas questões e vislumbrar justamente essa questão que foi colocada por todos aqui. Acho que tudo o que foi colocado é uma questão de saúde pública. Temos realmente de olhar, por conta disso.

Muito bem lembrado pelo companheiro ali a questão de como é que se dá a saúde pública deste município, jogada às organizações sociais e minimamente não se preocupando

com nossos cidadãos, os cidadãos deste município.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Benedito.

As palavras finais do Professor Lívio Giosa.

O SR. LÍVIO GIOSA – Queria cumprimentar todos que aqui permanecem. Acho que isso é fundamental para o debate, essa reflexão. Cumprimentar os membros da Mesa e refletir mesmo, porque o debate é essa diversidade. Se não tivermos opiniões contrárias, não fazemos debate algum. Portanto, a reflexão é que agora cada um dos senhores e senhoras vão sair daqui justamente avaliando as informações que obtiveram e vão tirar suas conclusões.

Quero cumprimentar você, Vereador Chagas, pela oportunidade e nos colocar à disposição para outros eventos como esse para que possamos esclarecer a sociedade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Muito obrigado, Lívio.

Passo a palavra agora ao Miguel Bahiense Neto.

Informo ao Miguel que a Sra. Sônia Barbosa é do Movimento Voto Consciente. Ela fica aqui na Câmara acompanhando as audiências - organização da sociedade civil.

O SR. MIGUEL BAHIENSE NETO - Acho que devemos, sim, respeitar a posição dela, a opinião, sua experiência dentro do processo. Mas só quero fazer um comentário, pois acho que, enquanto a Plastivida procurou um órgão científico para estudar uma situação, houve uma tentativa de desmerecer, dizendo que essa busca foi feita por entidades ligadas ao setor plástico e que, portanto, haveria um interesse por trás. Isso não posso aceitar. O Cetea foi procurado, sim, para realizar o estudo e não conseguimos fechar com o Cetea. O Cetea é um órgão do Governo Estadual, assim como o IPT.

Muitos de vocês devem ter visto que eu não parei de mexer o celular agora, porque a Rede Globo, para o SPTV, me procurou para dar uma entrevista amanhã, pela manhã, numa

rede de supermercados, o Futurama. O motivo dessa entrevista é um estudo científico, creio eu, realizado pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, órgão também do Governo.

A gente sabe e já tinha ouvido falar que o IPT realizou estudos sobre a degradabilidade de sacolas plásticas, feitas de biodegradável, de oxidegradável, de plástico comum e sacos de papel também, que é primo do papelão. Recebi, num desses momentos, o resultado desse estudo e eu queria mostrar para vocês, aproveitando a audiência via internet.

É um estudo que o IPT, órgão do Governo do Estado, comparou amostras de sacos de papel, sacolas plásticas comuns - as sacolinhas -, sacolas plásticas biodegradáveis, feitas com amido de milho, e sacolas oxidegradáveis - essas duas últimas apresentadas, até pelo nome biodegradável, como a grande solução para a questão ambiental. Foi definido o percentual de degradação dessas sacolas em 45 dias, nos primeiros 45 dias do estudo.

Os sacos de papel tiveram uma degradação de 40%, ou seja, em 45 dias, 40% daqueles sacos de papel se degradaram.

Em segundo lugar - e aí a matéria, o *e-mail*, fala assim: "Para a surpresa, foram as sacolinhas plásticas: no mesmo período, 30% do peso das sacolas se degradaram".

Em terceiro lugar, para a surpresa continuar, foram as sacolas biodegradáveis: somente 15%.

E em quarto, a oxidegradável: 2%.

Destaco que o índice padrão, ou seja, qualquer uma delas deveria se degradar em 70%, nesse período, segundo a metodologia usada pelo IPT. E aí eu faço um comentário: tenho agora mais um estudo pró-sacolas plásticas. De novo agora um estudo feito por uma agência estadual que, até o momento, não foi e não sei se será publicada em revistas especializadas, como entendo seja o procedimento afirmado pelo Vital. Sei que é isso até porque minha ex-esposa é dentista e fez alguns estudos, sei que o procedimento necessariamente é esse, mas apenas para dar reconhecimento maior à comunidade científica, o que não invalida se não for publicada que o estudo não é correto.

Agora eu quero saber como é que os supermercados vão explicar, ou que as pessoas que continuam insistindo no “achismo” vão explicar que o plástico demora 300, 400, 500 mil anos para se degradar. A surpresa é para as pessoas que não têm na informação, como a APAS na sua justificativa, os estudos científicos. É mais um estudo que, por um acaso do destino, nessa audiência questionou-se a idoneidade de órgãos, não que agiram de má fé – e corrigindo para que o Vital não precise se ater – questionou-se a validade do estudo científico ou não, a Sonia questionou que quem fez os estudos, que o alvo teria sido entidade de interesse da indústria do plástico. E agora tenho estudo que no início do discurso do próprio Vital falou-se do tempo em que o plástico se degrada no meio ambiente. E um órgão, um estudo de pesquisa do Governo atesta que se degrada mais rapidamente do que aquilo que se diz biodegradável. Onde está a realidade científica?

Para finalizar, o Lívio falou do Programa de Qualidade do Consumo Consciente, que funciona assim: desde 2008, a Plastivida vai aos supermercados, chama a indústria para ser signatária de um programa de qualidade para que se fabriquem sacolas resistentes, que suportem seis quilos de compras. Também há parcerias com redes de supermercados, são nove associações estaduais, as únicas que não fazem parte são a MIS – Minas Gerais, e a APAS – São Paulo. Entramos na rede de supermercados desde 2008, educamos do ponto de vista ambiental caixas e empacotadores e gerentes das lojas a dizer ao consumidor o seguinte: esta loja te respeita, fornecemos sacolas com qualidade. Com isso é reduzido o consumo de sacolas plásticas. Esse sim é o real problema, o desperdício de sacolas porque vemos as indústrias fabricando sacolas fora de norma. Portanto, é preciso colocar uma dentro da outra, o que gera desperdício. Vemos também supermercadistas comprando e colocando ao cidadão sacolas sem qualidade. Imaginem comprarmos outros produtos sem qualidade? Então, a sacola tem que ter qualidade, tem que ser produzida e distribuída corretamente e nós, cidadãos, temos que saber consumir.

No Rio Grande do Sul – aonde temos a parceria – a redução do consumo com as

duas maiores redes e apenas elas, chegou a 20%. Se tivermos todas as redes gaúchas como previa uma lei do Estado, que obriga os supermercados a distribuir sacolas com qualidade, chegaremos a mais do que isso. Ao entrar na Câmara, eu estava sem guarda-chuva. Mas ali fora tinha uma mocinha entregando um plástico-filme, uma espécie de sacola, para guardar os guarda-chuvas. Falei a ela: você me dá uma? E ela me deu: não, eu te dou duas! E me deu. Esse é o desperdício. Entendo que se houvesse uma campanha de conscientização, que nós fazemos lá nos supermercados, deveria ter-me dito: o senhor não tem sequer guarda-chuva, não vou dar a sacola, e nunca me oferecer duas, apenas uma para o que é necessário. Esse é o espírito, o trabalho que a Plastivida desenvolve. Essa é a proposta que temos para APAS para sair da enrascada em que se meteram banindo as sacolas plásticas. O consumo consciente, isso é o que nós trabalhamos no Ministério do Meio Ambiente com nove associações estaduais. Por que só APAS não aceita um trabalho como esse?

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra para as suas considerações finais Vital de Oliveira Ribeiro Filho, Centro de Vigilância Sanitária.

O SR. VITAL DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO – Só que lhes dizer que temos todo o respeito pelo debate, pela busca de soluções. O Centro de Vigilância Sanitária tem uma divisão só para produtos. Foi consultado o grupo técnico de alimentos, pessoal experiente. Entendo que, muitas vezes, um órgão de Governo é associado ao governo e não ao Estado. Quando se fala: esse órgão é do Governo do Estado, então é do governador. Na verdade, as pessoas que estão ali estão no cargo há mais de 20 anos, na sua maioria e vão continuar por muitos anos.

Temos a Divisão de Saúde do Trabalhador, que foi consultada, e a Divisão de Meio Ambiente. E no debate temos que discutir ideias e não desqualificar pessoas. Por isso não fiz referência aos colegas que apresentaram. Comentei a respeito do estudo apresentado. Disse que o estudo está correto. Ele não tem validade científica no sentido do material que foi

publicado justamente porque, ao ser publicado, abre para o debate na comunidade científica. Mas ele está correto! E o mais incrível de tudo é que mostra que a contaminação é baixa. Então se quiserem achar contaminação, querem seguir esse caminho, procurem um dado mais consistente. Sinto muito, é a realidade! Se eu falar que você tem 30, 50 centímetros de altura, é muito difícil argumentar que ele é um gigante, que é um cara excepcionalmente alto porque não é. Ele tem 30 centímetros.

Agora, é o que está escrito no estudo. Essas contagens de unidades de formação de colônias são baixas. São perfeitamente aceitáveis, são razoáveis, estão em toda parte, inclusive nas embalagens dos alimentos nas prateleiras dos supermercados, inclusive no interior dos alimentos. Então, com todo respeito à iniciativa, continuem procurando, busquem argumentos. Eu indicaria a questão da contaminação química, como foi muito bem colocado.

Outra questão importante é que grande parte dos argumentos foram relacionados aos incômodos, aos problemas quanto ao acordo, à arbitrariedade, que seja, da proibição dos sacos. Eu sou contrário à proibição dos sacos, eu acho uma arbitrariedade, acho que não se deve proibir, os consumidores têm que ter. Todas as questões foram levantadas, o respeito ao consumidor, às pessoas.

Uma das coisas que não me sai da cabeça, com o avançar da idade, é o problema do idoso. A nossa população hoje está cada vez mais idosa, como é que esse cara sai com uma caixa em cada braço? Graças a Deus a gente ainda consegue. Tive por um bom tempo com a perna operada, sei o que é sair de muleta, e a sacola é ótima, você engancha, mas o resto é complicado.

Assim, a discussão sobre a proibição da sacola deve ser levada adiante, dentro do seu contexto. A proibição da caixa, na medida em que uma população mais consciente em termos ambientais, pega uma caixa que está pronta, que teve todo seu impacto ambiental concretizado no momento em que ela... Agora, o passo seguinte é ser descartada, jogada numa prensa e levada para uma fábrica de papel. Se eu conseguir usar essa caixa para levar

as minhas compras até em casa, e em casa levar pela mesma cadeia que levá-la à indústria da reciclagem, eu trouxe ganho ambiental, economizei uma sacolinha. É como ele disse, para que deram duas capinhas para guarda-chuva? Se eu tivesse a possibilidade, digamos, choveu um pouco, eu sai do carro para dentro, não molhei meu guarda-chuva, não preciso do saquinho, é um ganho ambiental e todo ele é importante.

Lutamos hoje para conquistar a sustentabilidade. Esse é um desafio que não deixa exceção. Não tem setor, cidadão ou país que possa prescindir de uma atitude que vai exigir redesenhar nosso modo de vida, nossos padrões culturais, de consumo, de produção, etc. É um enorme desafio. Desculpe-me, mas eu acho fresca proibir a caixa de papelão quando caixa de papelão para quem pode, para quem tem uma condição, é perfeitamente viável. Para quem não pode obviamente tem que haver.

Poderia haver projetos muito produtivos, dizendo que o idoso, que o pessoal que quiser, quem exigir tem de ter a condição de levar sua compra para casa de forma digna, condizendo com a sua situação. E quem quiser usar uma caixa de papelão, quem tiver a convicção dessa possibilidade, que possa usar sem discriminar. Eu não acredito que ainda haja mais ambientalistas nos Jardins do que na periferia. As pessoas vão ter que ter consciência ambiental tanto na periferia quanto nos centros, tanto nas camadas de alto nível educacional, que é uma convenção chamar de alta, mas de um nível educacional que tenha acesso quanto de pessoas que uma vida inteira não teve condições de frequentar um banco de escola. O Brasil hoje tem milhões de pessoas que não tiveram acesso à escola, mas tem acesso ao consumo, tem vida digna, que são cidadãos de primeira classe, como qualquer outro. Esses caras têm responsabilidade, como todos nós temos.

Não usar caixa de papelão vai restringir uma das possibilidades de reduzir sim o impacto ambiental. Desculpem-me, mas reduz porque o papelão já está feito. Ele vai para o lixo na hora ou vai render vida útil por mais algum tempo.

Estou aberto ao debate, meu telefone é: 3065-4800. Nunca tive notícia de algum

tipo de arbitrariedade no Centro de Vigilância Sanitária no sentido de não atender a uma solicitação, muitas vezes podem não vir num determinado momento, demorar a responder um questionamento, mas é totalmente disponível à população seja ela quem for, organizada, grandes instituições ou cidadão que telefona e atendemos com a mesma boa vontade.

Acho que se queremos debate, um dos aspectos sabido por todos é o respeito pelo debate. Quando desrespeitamos um debater, antes de tudo, estamos desrespeitando a própria instituição do debate. Acho importante que as pessoas valorizem esse espaço, dizendo: quando estamos discutindo, a discussão é o que importa, é a boa luta. Os argumentos de um têm tanto valor quanto os argumentos de outros. Não se deve desqualificar as pessoas.

Era isso.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Sr. José Eduardo Tavolieri, para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ EDUARDO TAVOLIERI DE OLIVEIRA – Prezado Vereador Francisco Chagas, mais uma vez quero reforçar a nossa satisfação, como entidade de classe, pela sua preocupação em relação a tema que reputo de suma importância.

Com o devido perdão da palavra, quero divergir novamente do meu antecessor porque não dá para comparar quem mora nos Jardins com quem mora na periferia. Quem sustenta isso, desconhece a dura realidade daqueles que nada têm, que não têm acesso a uma saúde pública digna, que não têm acesso à escolaridade, não tem dinheiro para locomoção, não tem dinheiro sequer para adquirir sacolas plásticas. Então, sustentar o contrário, com o devido respeito, é desconhecer a sociedade em que vive. Portanto, afirmo que nós temos uma grande poder, o poder da mudança de hábito.

Vou discordar só um pouco do meu amigo Francisco num único detalhe, é perda de tempo ir ao Judiciário. É mexer no nosso bolso e isso desestimula o nosso direito como

cidadão. Deixa a compra no caixa e vai buscar no concorrente o fornecedor que lhe prestigia, eu quero ver se as grandes redes de supermercados vão voltar a distribuir ou não graciosamente as sacolas plásticas.

Sou conselheiro de usuários da Telefonica, e na condição de conselheiro dos usuários continuo defendendo os nossos direitos enquanto usuários, e não os da empresa. Recordo-me como se hoje fosse quando a empresa sofreu a crise do apagão, a diretoria, a seleta diretoria – e não os pobres usuários – deu uma ideia para desenvolver campanha publicitária. Um diretor iluminado sugeriu que a música da campanha fosse do grupo Calcinha Preta: vocês não valem nada, mas eu gosto de vocês! (Risos) Essa é a forma como os supermercados estão nos tratando! Nós não valemos nada, mas eles continuam gostando da gente. Acho que isso precisa mudar urgentemente!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Muito obrigado.

Para encerrar, agradeço imensamente a presença do Vital, do Paulo da Colina, do Lívio, do Fernando, do Miguel Bahiense, José Eduardo, Benedito, especialmente a todos os presentes que vieram de vários lugares, e não só para prestigiar, mas para dar sua opinião e construirmos uma legislação. A legislação em uma democracia é construída no contraditório, não é todo mundo alinhado, como diria na minha terra, todo mundo na canga! Não. É no contraditório, é no debate.

Acho que o debate foi produtivo, não será o último porque o assunto tem muita extensão, é preciso muito esclarecimento. Como os interessados diretos têm muito poder econômico, portanto, são os principais patrocinadores das redes de comunicação do Brasil, basicamente passam somente uma versão. Estou debatendo o assunto nesta Casa há mais de três anos, tenho dois projetos sobre o assunto. Um deles restringe o uso da casa de papelão, e não proíbe, restringe o uso de caixa de papelão usada. Porque não é possível um cidadão nem mesmo um técnico saber se está boa ou não. Outro projeto trata da questão do uso adequado

da sacola plástica, de acordo com as normas técnicas. E há outro projeto aprovado e não sancionado. Sabe qual é o projeto? Que em cada local nas redes de supermercados tivesse um ecoponto. O cidadão vai descartar, em vez de jogar em qualquer lugar, não vai voltar para as compras? Devolva no ecoponto. Misteriosamente, foi aprovado pela Casa, mas vetado pelo Executivo.

Se todos estão imbuídos, com vontade sobre humana de interesse público no quesito ambiental, por que não foi sancionado o ecoponto em grandes redes de distribuição? Seria perfeito. Até ajudaria, como disse a Dona Sonia, os supermercados porque não vai vender os resíduos? Aceitasse o ecoponto lá dentro! Aliás, não precisa de lei. Se houvesse boa intenção no sentido de uma boa gestão ambiental, ofereceriam o ecoponto nos locais.

Quero agora lamentar porque a Dona Sonia falou e se retirou, é como se esta Mesa tivesse apenas um lado. Quero dizer que convidamos a APAS em todas as reuniões que fizemos. Não é a primeira audiência pública feita através da Comissão de Finanças e Orçamento e através da Comissão de Meio Ambiente, da qual sou vice-presidente, e não vem, não vem! Não vem para debater. Ora, se você não quer o contraditório, se você não aceita, então alguma coisa está errada. Claro, tenho que reclamar da Covisa, que é diretamente responsável e vou pedir o relatório. Quero saber quem é que ela está investigando, fiscalizando. Não é possível.

Outro dia cheguei num boteco, na Liberdade, o cara me disse: Chagas, a Covisa interditou, não-sei-que-lá e tal. A olho nu, não sou técnico, não vi nada de extraordinário naquele boteco. Quero então saber qual a incidência e rigor com as grandes redes? Quero saber em quantas grandes redes a Covisa entrou este ano e no ano passado?

De ofício, faço requerimento para ser aprovado na próxima reunião.

Agradeço a todos pelas presenças, que nos prestigiaram, debatemos, que visa construir uma legislação que sirva ao cidadão e não a um grupo econômico.

Muito obrigado.

(Palmas)
